

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGPOL**

**MURILO CALAFATI PRADELLA**

**POLARIZAÇÃO POLÍTICA E VOTO FACULTATIVO: DETERMINANTES  
DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL (2014-2022)**

**São Carlos – SP**

**Fevereiro/2025**

MURILO CALAFATI PRADELLA

**POLARIZAÇÃO POLÍTICA E VOTO FACULTATIVO: DETERMINANTES DA  
PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL (2014-2022)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi.

**São Carlos – SP**

**Fevereiro/2025**

# FOLHA DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

## Relatório de Defesa de Dissertação

Candidato: Murilo Calafati Pradella

Aos 10/02/2025, às 09:00, realizou-se na Universidade Federal de São Carlos, nas formas e termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, a defesa de dissertação de mestrado sob o título: POLARIZAÇÃO POLÍTICA E VOTO FACULTATIVO: DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL (2014-2022), apresentada pelo candidato Murilo Calafati Pradella. Ao final dos trabalhos, a banca examinadora reuniu-se em sessão reservada para o julgamento, tendo os membros chegado ao seguinte resultado:

Participantes da Banca	Função	Instituição	Conceito	Resultado
Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi	Presidente	UFSCar	_____	Final
Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro	Titular	UFSCar	_____	Aprovado
Prof. Dr. Julian Borba	Titular	UFSC	_____	

### Parecer da Comissão Julgadora\*:

A banca aprova a dissertação e recomenda que sejam incorporadas às sugestões da banca feitas na arguição.

Encerrada a sessão reservada, o presidente informou ao público presente o resultado. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e, para constar, eu, Gabriel Ávila Casalecchi, representante do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, lavrei o presente relatório, assinado por mim e pelos membros da banca examinadora.

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

Representante do PPG: Gabriel Ávila Casalecchi

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro

Prof. Dr. Julian Borba

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Gabriel Ávila Casalecchi, Pedro José Floriano Ribeiro, Julian Borba e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

Não houve alteração no título ( ) Houve alteração no título. O novo título passa a ser:

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
GABRIEL AVILA CASALECCHI  
CPF: 030.903.010-00  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

### Observações

a) Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.  
b) Para gozar dos direitos do título de Mestre ou Doutor em Ciência Política, o candidato ainda precisa ter sua dissertação ou tese homologada pelo Conselho de Pós-Graduação da UFSCar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

## Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Murilo Calafati Pradella, realizada em 10/02/2025.

### Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro (UFSCar)

Prof. Dr. Julian Borba (UFSC)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

## **DEDICATÓRIA**

Eu dedico essa dissertação em primeiro lugar a Deus. Dedico a meu pai Vagner Aparecido Pradella e minha mãe Monica Calafati Pradella que sempre me amaram incondicionalmente e por mim sempre tudo fizeram. Dedico a meus irmãos, Vitória Calafati Pradella e Pedro Calafati Pradella por todo afeto, amor, carinho, companherismo e confiança que por mim tiveram ao longo de todo o caminho. Dedico a minha avó Silvia Jacinto Calafati por todo amor e por estar comigo desde sempre. Dedico também a minha namorada, Gabriela Morena Santos de Andrade por todo amor, paciência, carinho, parceria e ensinamentos ao longo dessa jornada. Esse título não é apenas uma vitória minha, mas nossa! Meu amor sempre a todos vocês.

## AGRADECIMENTOS

Eu agradeço na construção dessa dissertação de mestrado ao meu pai, Vagner Aparecido Pradella, minha maior inspiração, a quem devo tudo que já aprendi em minha vida. Agradeço pelo amor, pela inspiração, pelo carinho, pelos puxões de orelha e por ser o melhor pai do mundo. Agradeço a minha mãe, Monica Calafati Pradella por ser meu amor e minha amiga de todos os momentos, sem nossas conversas, risadas e afetos essa dissertação não seria possível. Agradeço a minha avó Silvia Calafati por todos os dias estar comigo, cuidando zelando e demonstrando o amor mais puro e verdadeiro do mundo. Agradeço aos meus irmãos Vitória e Pedro por tudo que sempre foram para mim e por todo amor.

Gostaria também de deixar os meus mais profundos agradecimentos a minha namorada Gabriela Morena Santos de Andrade por ser quem esteve do meu lado nesse processo, nos bons e maus momentos. Por ser quem me ensinou muito durante a escrita da dissertação, sem seu amor incondicional, sem sua parceria e seus cuidados essa dissertação não existiria. Gostaria de agradecer a Prof. Dr. Débora Santos, mãe de Gabriela, por todo carinho que teve comigo, por toda conversa, todo o ensinamento e por toda orientação que sem dúvida alguma compões ativamente a construção dessa dissertação. Agradeço a Ana Bela, minha cunhada, por todo afeto e momentos bons que tivemos. E ao carinho e ensinamentos de Fernando Villasboas, Malcolm Villasboas e Nina Villasboas.

Deixo meus agradecimentos ao Prof. Dr. Marconi de Andrade, pai de Gabriela, por todo carinho e receptividade, parceria que sempre teve comigo.

Deixo meus agradecimentos ao meu Orientador, Gabriel Ávila Casalecchi. Mais que um orientador Gabriel foi um amigo, um parceiro e principalmente uma inspiração, não só para a vida profissional como também para vida pessoal. Mais do que orientar um trabalho, Gabriel me guiou com paciência, empatia e sabedoria em momentos de dúvida e insegurança, sempre acreditando no meu potencial, mesmo quando eu não conseguia enxergá-lo. Sou profundamente grato por todo o apoio, pelas conversas e pelos aprendizados que levarei para toda a vida.

Agradeço a todo corpo docente do PPGPOL, em especial a Maria do Socorro Braga, que contribuiu ativamente para minha dissertação e quem me acompanhou desde o início do Mestrado. Agradeço também a Professora Lucy Oliveira quem me ensinou a pensar cientificamente e me ensinou muito.

Aos Professores Pedro Floriano Ribeiro e Julian Borba aceitarem por participar da minha Banca de defesa.

Deixo meus agradecimentos aos colegas de PPGPOL, em especial aos grupos de pesquisa VOX e NEPPLA, que tornaram esse jornada mais leve e harmoniosa.

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico):  
pelo financiamento e apoio fundamental ao desenvolvimento desta pesquisa, cuja contribuição foi  
essencial para o avanço do conhecimento científico e para a consolidação deste trabalho.

## RESUMO

O estudo do comparecimento eleitoral é um tema central na Ciência Política e fundamental para a compreensão do funcionamento das democracias representativas. Esta dissertação investiga a relação entre polarização política e participação eleitoral no Brasil, analisando os pleitos de 2002 a 2022. A pesquisa parte da hipótese de que contextos polarizados intensificam o impacto da ideologia e do partidarismo sobre a decisão de votar, especialmente em um cenário de voto facultativo. Para testar essa relação, utilizamos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), explorando a evolução do comparecimento eleitoral e as motivações dos eleitores. O trabalho mobiliza diferentes abordagens teóricas do comportamento eleitoral, como a Teoria da Escolha Racional, a Escola de Michigan e o Modelo Sociológico, além de incorporar o debate sobre polarização afetiva. Os resultados indicam que a polarização política influencia seletivamente a participação eleitoral, reforçando a mobilização dos eleitores mais ideologicamente engajados e desestimulando os moderados. Em um cenário de voto facultativo, essa dinâmica tende a se acentuar, aumentando as desigualdades de participação. A pesquisa contribui para o debate sobre o impacto da polarização nas democracias contemporâneas e os desafios da participação política em contextos polarizados.

**Palavras-chave:** Polarização política, participação eleitoral, voto facultativo, comportamento eleitoral, eleições brasileiras.

# **POLITICAL POLARIZATION AND VOLUNTARY VOTING: DETERMINANTS OF ELECTORAL PARTICIPATION IN BRAZIL 2014-2022**

MURILO CALAFATI PRADELLA

## **ABSTRACT**

Voter turnout is a central topic in Political Science and crucial for understanding the functioning of representative democracies. This dissertation investigates the relationship between political polarization and electoral participation in Brazil, analyzing elections from 2002 to 2022. The study hypothesizes that polarized contexts amplify the effects of ideology and partisanship on voting decisions, particularly in a hypothetical voluntary voting scenario. To test this relationship, we use data from the Brazilian Electoral Study (ESEB) and official statistics from the Superior Electoral Court (TSE), examining turnout trends and voter motivations. The research mobilizes different theoretical approaches to electoral behavior, such as Rational Choice Theory, the Michigan School, and the Sociological Model, while also engaging in the debate on affective polarization. The results indicate that political polarization selectively influences electoral participation, reinforcing the mobilization of ideologically engaged voters while discouraging moderates. In a voluntary voting context, this dynamic is expected to intensify, increasing participation inequalities. This study contributes to the debate on the impact of polarization in contemporary democracies and the challenges of political participation in polarized contexts.

**Keywords:** Political polarization, electoral participation, voluntary voting, electoral behavior, Brazilian elections.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Imagem 1- Auto localização Ideológica dos brasileiros 1989 – 2019.....</b>	<b>40</b>
---	-----------

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Participação no 1º turno das eleições (%) .....	8
Gráfico 2 – Polarização afetiva 2010 .....	28
Gráfico 3: Polarização afetiva 2014.....	29
Gráfico 4 - Polarização afetiva 2018.....	30
Gráfico 5 - Polarização afetiva 2022.....	30
Gráfico 6– Efeitos Marginais da participação eleitoral.....	48
Tabela 1- Comparecimento eleitoral (%) segundo os entrevistados do ESEB e segundo dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.....	37
Tabela 2- Comparecimento eleitoral facultativo segundo o ESEB e Participação efetiva segundo os dados oficiais do TSE (%)......	38
Tabela 3- Auto posicionamento ideológico dos eleitores.....	39
Tabela 4- Participação de homens e mulheres.....	41
Tabela 5– Participação por renda ao longo dos anos.....	42
Tabela 6– Participação por escolaridade ao longo dos anos.....	42
Tabela 7– Participação ideológica .....	43
Tabela 8- Preditores do comparecimento eleitoral .....	44
Tabela 9- Participação por sexo ao longo dos anos.....	52
Tabela 10- Participação por renda ao longo dos anos .....	52
Tabela 11– participação por escolaridade.....	53
Tabela 12 - Participação ideológica ao longo dos anos .....	54
Tabela 13– Se as eleições de 2014 fossem facultativas .....	55
Tabela 14– Se as eleições de 2018 fossem facultativas .....	60

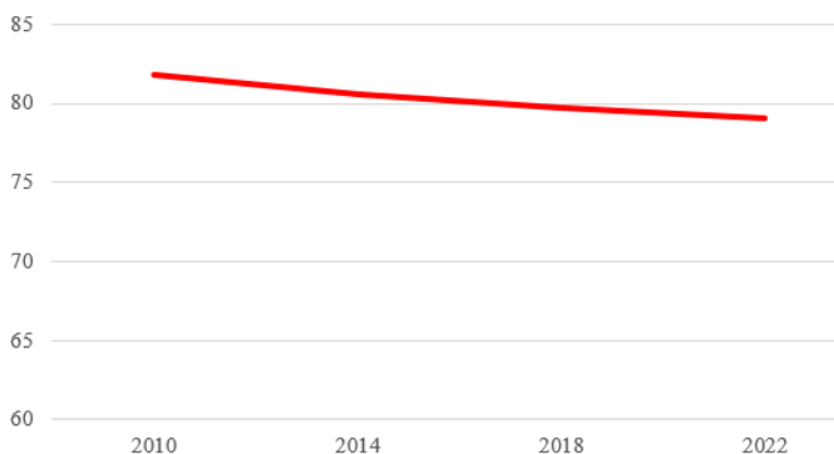
<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>Explorando a polarização e a Participação eleitoral.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>A Teoria da Escolha Racional: Avanços e Limitações no Comportamento Eleitoral .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2</b>	<b>A Escola de Michigan e o Modelo Psicosociológico do Comportamento Eleitoral.</b>	<b>13</b>
<b>2.3</b>	<b>A Escola de Colúmbia e o Modelo Sociológico de Comportamento Eleitoral.....</b>	<b>16</b>
<b>2.4</b>	<b>O Modelo do Voluntarismo Cívico e a Participação Política.....</b>	<b>18</b>
<b>2.5</b>	<b>Eixos Explicativos da Participação Eleitoral e a Polarização Política no Brasil.....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>Polarização Política, Antagonismo Afetivo e Participação Eleitoral.....</b>	<b>22</b>
<b>4</b>	<b>Quais são as Eleições Polarizadas no Brasil? .....</b>	<b>25</b>
<b>5</b>	<b>O Voto Facultativo, Polarização e as Dinâmicas da Participação Eleitoral.....</b>	<b>31</b>
<b>6</b>	<b>Desenho Metodológico: Estratégias de Pesquisa e Análise de Dados.....</b>	<b>36</b>
<b>7</b>	<b>Ideologia, Polarização e Mobilização Eleitoral: Primeiros Achados.....</b>	<b>39</b>
<b>7.1</b>	<b>Voto Obrigatório, Polarização e Participação: Entre a Mobilização e a Coerção Eleitoral.....</b>	<b>40</b>
<b>7.2</b>	<b>Voto facultativo, Polarização e Participação.....</b>	<b>50</b>
<b>8</b>	<b>A Coerção Institucional e os Preditores da Participação Eleitoral .....</b>	<b>64</b>
<b>9</b>	<b>Conclusão:.....</b>	<b>66</b>
<b>10</b>	<b>Considerações Finais.....</b>	<b>67</b>

O estudo a respeito do comparecimento eleitoral há muito está presente no debate público brasileiro e se configura como uma linha de pesquisa importante dentro da Ciência Política, sendo uma temática de centralidade para o entendimento das democracias representativas (DAHL, 1971; SARTORI, 1986; BOBBIO, 1994).

Essa pesquisa busca contribuir com a literatura, explorando como a polarização política recente (ORTELADO et. al., 2022; FUKS e MARQUES, 2023; BELLO, 2023) tem impactado o comparecimento eleitoral dos brasileiros.

O Gráfico 1 apresenta os dados oficiais de comparecimento eleitoral (%) fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para os anos de 2010, 2014, 2018 e 2022. Esses números refletem a participação dos eleitores brasileiros nos respectivos pleitos eleitorais e são essenciais para compreendermos a dinâmica da democracia representativa em nosso país. Analisando os dados, é possível observar uma leve tendência de declínio no comparecimento ao longo dos anos estudados. Em 2010, a taxa de comparecimento foi de 81,8%, apresentando uma ligeira redução para 80,6% em 2014. No pleito de 2018, essa queda se tornou mais pronunciada, com a taxa de comparecimento registrando 79,7%. Mais recentemente, em 2022, observamos uma continuação dessa tendência, com a taxa de comparecimento atingindo 79,1%.

**Gráfico 1 - Participação no 1º turno das eleições (%)**



fonte: TSE.

Em outras palavras, ao analisar as pesquisas agregadas com dados oficiais do TSE, concluímos que as mudanças na participação são limitadas, apresentando uma leve tendência de declínio ao longo do tempo. No entanto, as pesquisas agregadas não permitem identificar quais características individuais podem ter motivado os eleitores a comparecerem às urnas ou se absterem, nem o que fariam, caso o voto não fosse obrigatório no Brasil, uma vez que os macrodados fornecem uma visão ampla e geral de

tendências e padrões médios dos eleitores brasileiros. Já os microdados permitem uma análise mais detalhada e específica, destacando variações individuais e comportamentos específicos dentro dessa população. Ambos os tipos de dados são valiosos em diferentes contextos e podem ser usados de forma complementar para uma compreensão mais completa de um fenômeno ou sistema de participação no Brasil.

No caso dessa pesquisa, nosso argumento é que a polarização pode não causar um efeito de mudança participativa na população em geral, como evidenciam os dados do TSE. Mas ela pode mobilizar diferentes perfis do eleitorado a participar mais (ou menos). Especificamente, acreditamos que contextos polarizados tendem a motivar a participação dos eleitores posicionados mais ao extremo do espectro ideológico. Por outro lado, ela pode desmotivar os que estão mais ao centro, por não se sentirem contemplados pelos partidos/candidatos mais competitivos e que estão aos extremos.

A instabilidade nas eleições, as “variações no voto”, segundo Campbell, “representam os efeitos temporários de acontecimentos” (1967:45). Após o término dessas influências, os eleitores retornam às suas posições fundamentais baseadas nas identidades políticas.

O comparecimento a uma eleição específica é basicamente uma questão de quantos entre os menos interessados são suficientemente estimulados pelas circunstâncias políticas do momento para fazerem o esforço de votar (Campbell, 1967:43).

Diante disso, temos a seguinte pergunta: as motivações que levam os eleitores às urnas são as mesmas em contextos de maior ou menor polarização? Nossa hipótese é que não. Em contextos mais polarizados, esperamos um impacto maior de variáveis ligadas à ideologia, à identificação partidária e ao sentimento de eficácia interna dos eleitores. Isso acontece porque no contexto de polarização o sentimento de identificação positiva e negativa em relação aos partidos e aos grupos ligados a eles são intensificados, motivando os eleitores a se posicionarem em defesa do grupo a que pertencem. Nesse sentido, a polarização política atua como uma variável interveniente, que reforça o efeito do auto posicionamento ideológico sobre a decisão de comparecer às urnas. Em contextos polarizados, no qual a elite política compete de modo fortemente antagônico, eleitores ideológicos seriam particularmente motivados a participar, seja para reforçar sua posição de grupo, ou, sobretudo, para impedir a vitória do “inimigo”.

**Hipótese 1:** *Contextos mais polarizados aumentam o efeito das variáveis ideológicas e partidárias sobre o desejo de participação eleitoral.*

Nossa hipótese complementar é que o efeito dessas variáveis deveria ser ainda mais relevante sobre o voto facultativo hipotético, ou seja, sobre a disposição do eleitor em votar, mesmo se o voto não fosse obrigatório no Brasil. Mais uma vez, a explicação passa pela motivação que os eleitores têm em “defender” seu grupo, votando em seu candidato, quando se sentem ameaçados pelo grupo considerado “rival”. Em contexto de polarização política é comum a construção de um cenário de "nós contra eles", nos quais parte dos eleitores veem os partidos e grupos políticos rivais como uma ameaça direta aos seus próprios valores e interesses. Nesse contexto, os eleitores podem sentir uma forte pressão para participar ativamente dos pleitos e votar em seu próprio candidato como uma forma de proteger seus interesses, assim como evitar que o "outro lado" ganhe.

**Hipótese 2:** *O efeito das variáveis de ideologia e partidarismo devem ser ainda maiores e mais impactantes no cenário de voto facultativo.*

Para testar essas hipóteses, iremos utilizar os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2010 a 2022<sup>1</sup>. Trata-se de um survey eleitoral nacional com amostras representativas da população eleitoral brasileira (acima de 16 anos) e que é aplicado periodicamente em todas as eleições presidenciais desde 2002.

Em todas as edições produzidas, o ESEB disponibiliza perguntas que permitem analisar quem são os brasileiros que declararam ter votado e os que teriam ido votar caso fosse facultativo. Além disso, o ESEB coleta as características demográficas e socioeconômica dos eleitores, bem como uma série de orientações políticas individuais. Ademais, o fato de o ESEB contar com perguntas similares nos anos de 2010 até 2022 permite testarmos se existe mudanças em eleições ao longo do tempo.

Em todos os casos analisaremos o primeiro turno de cada eleição, uma vez que é nesse momento que os eleitores têm à disposição uma gama variada de candidatos, representando diferentes ideologias, partidos e propostas políticas. Isso reflete a pluralidade democrática e oferece um panorama mais completo das preferências e tendências políticas da sociedade, isto é, reflete melhor a escolha “real” do eleitor, sem a pressão de uma escolha binária entre apenas dois candidatos mais votados.

---

<sup>1</sup> Até a quinta onda do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado em 2018, uma questão recorrente indagava os entrevistados sobre sua intenção de votar, mesmo se o voto não fosse obrigatório nas eleições “Nas eleições deste ano, se o voto NÃO fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?”. No entanto, na sexta onda do estudo, conduzida em 2022, essa pergunta não foi incluída.

O capítulo seguinte discute teoricamente as principais teorias sobre a participação política dividido em três etapas. Em primeiro lugar é mobilizado um debate que versa sobre as principais escolas e teorias da participação, posteriormente é mobilizado uma literatura a respeito sobre a polarização no Brasil e seus impactos na participação do eleitor e por último um enquadramento teórico do voto facultativo no país e suas implicações no eleitorado, com a finalidade de fundamentar teoricamente as hipóteses e discutir os principais conceitos importantes para a mensuração do impacto da polarização eleitoral na participação. O capítulo três visa demonstrar a metodologia utilizada e o desenho de pesquisa adotado para se testar as hipóteses e descrição das variáveis utilizadas, além de delimitar teórica e empiricamente o que consideramos por eleições polarizadas. Por último o capítulo quadro é reservado para demonstração dos resultados preliminares obtidos na pesquisa, divididos em duas etapas, uma a cerca dos cenários concretos observados na realidade entre as eleições de 2014 e 2022 e um segundo apresentando o cenário hipotético onde o voto seria facultativo, explorando as proximidades, diferenças e consequências dos dados observados nos dois diferentes contextos.

## **2 Explorando a polarização e a Participação eleitoral**

A literatura sobre a participação eleitoral é um tema central da Ciência Política, particularmente da área de cultura e comportamento político, pois está diretamente relacionada às condições de funcionamento e qualidade das democracias (Dahl, 1971; Bobbio, 1994). O estudo do comportamento eleitoral tem sido marcado por diferentes escolas teóricas que abordam as motivações dos eleitores e as dinâmicas que influenciam o voto. Entre os paradigmas mais influentes estão os modelos de Michigan (Psicossociológico), Colúmbia (Sociológico), a Teoria da escolha racional e o Modelo do Voluntarismo Cívico. Cada uma dessas escolas apresenta explicações complementares e, às vezes, concorrentes sobre os fatores que determinam as preferências e decisões eleitorais, sendo fundamentais para a compreensão das dinâmicas da participação eleitoral, inclusive em contextos de polarização.

### **2.1 A Teoria da Escolha Racional: Avanços e Limitações no Comportamento Eleitoral**

A teoria da escolha racional, inicialmente desenvolvida no campo da economia, tornou-se uma abordagem interdisciplinar aplicada a diversas áreas, incluindo a ciência política. Sua base está no individualismo metodológico, que pressupõe que os atores sociais

são agentes racionais em busca de maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas. Essa formulação foi consolidada por Anthony Downs em sua obra seminal *An Economic Theory of Democracy* (1957), na qual o autor adaptou conceitos econômicos para explicar o comportamento eleitoral.

Downs parte do pressuposto de que os eleitores, ao decidirem participar ou não de uma eleição, fazem um cálculo racional baseado nos custos e benefícios associados ao voto. Segundo ele, a decisão de votar é motivada pela expectativa de que o benefício obtido ao eleger o candidato preferido será superior aos custos envolvidos, como o deslocamento até o local de votação e o esforço para adquirir informações sobre as opções disponíveis. No entanto, esse modelo clássico introduz o conhecido "paradoxo da participação": dado que o impacto de um único voto em uma eleição é praticamente insignificante, seria racional para o eleitor abster-se de votar, já que os custos envolvidos superariam os ganhos.

Esse paradoxo levou a críticas significativas, como apontado por Castro (1992) e Figueiredo (2008), que questionaram como a escolha racional poderia explicar o alto comparecimento eleitoral observado em muitas democracias. Se seguirmos a lógica de Downs, a maioria dos eleitores seria irracional por participar de eleições sabendo que sua influência individual no resultado é mínima.

Desde as críticas iniciais, a teoria da escolha racional passou por diversas reformulações para lidar com suas limitações originais. Odeshook e Riker (1968) argumentaram que as instituições políticas e os incentivos criados por elas podem reduzir os custos da participação eleitoral, incentivando os cidadãos a votar. Outros autores, como Ferejohn e Fiorina (1974), expandiram o conceito de "maximização de utilidade" para incluir não apenas ganhos materiais, mas também benefícios psicológicos e sociais, como o cumprimento de um dever cívico ou o fortalecimento da identidade política. Uma linha mais recente de estudos incorpora fatores emocionais ao cálculo racional. Strom (1975) e Hartevelt e Wagner (2022) destacam que a polarização política e a incerteza em torno do resultado das eleições podem aumentar a percepção de importância do voto, tornando a participação eleitoral uma forma racional de influenciar o futuro político. Essa abordagem é relevante para se pensar o comportamento em contextos polarizados, como o Brasil, onde o engajamento emocional pode ser tão significativo quanto os incentivos racionais.

Nessa linha, Borba e Ribeiro (2012) ampliaram ainda mais a teoria ao considerar que eleitores podem ser motivados a participar não apenas para apoiar um candidato preferido, mas também para "punir" adversários ou protestar contra políticas específicas. Esse comportamento racional pode ser observado em eleições polarizadas, nas quais a rejeição ao

candidato adversário se torna um fator mobilizador tão importante quanto a afinidade com o candidato escolhido.

Apesar dos avanços, a teoria da escolha racional continua enfrentando críticas quanto à sua capacidade de explicar adequadamente o comportamento eleitoral em larga escala. Uma das principais limitações é a dificuldade de integrar plenamente fatores emocionais, culturais e sociais em seu arcabouço teórico. Embora modelos expandidos tenham incluído emoções e identidade, como argumentado por Strom (1975) e Hartevelde e Wagner (2022), a teoria ainda tende a priorizar a racionalidade instrumental em detrimento de explicações mais abrangentes.

No Brasil, por exemplo, o voto obrigatório acaba, de certa forma, por minimizar os custos de participação e garante altos níveis de comparecimento eleitoral. Isso desafia a lógica clássica da escolha racional, uma vez que a participação é imposta legalmente e não resulta de um cálculo individual de custos e benefícios. Além disso, a forte personalização da política brasileira e a centralidade de lideranças carismáticas, como Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, mostram que decisões eleitorais frequentemente escapam à racionalidade instrumental, sendo profundamente influenciadas por identidades políticas e polarização afetiva.

A teoria da escolha racional, seja a original formulada por Downs, seja a marcada pelos avanços teóricos, é marcada por algumas limitações. No entanto, sua formulação permite promover reflexões para compreender, em certa medida, o comportamento eleitoral. Ela destaca a importância de fatores estruturais, como os custos de informação e a influência das instituições, além de fornecer um modelo para analisar o impacto da polarização e da incerteza eleitoral. No entanto, para capturar plenamente a complexidade do comportamento dos eleitores, é essencial combinar a escolha racional com outras abordagens teóricas, como as teorias baseadas em identidades sociais e emoções, particularmente em contextos como o Brasil, onde o comportamento eleitoral é profundamente moldado por fatores não racionais.

Sendo assim, Apesar dos avanços, concordamos com Castro (1992) que o modelo da escolha racional sozinho é insuficiente para explicar o comparecimento eleitoral, uma vez que, ao levá-lo a análises concretas torna-se difícil explicar como tantos eleitores, na maioria dos casos mais da metade deles, compareçam no dia das eleições para votar. Como ela argumentou: seria a maioria do eleitorado irracional, ou será que a teoria econômica do voto tem que ser modificada para explicar esse comportamento?

## **2.2 A Escola de Michigan e o Modelo Psicosociológico do Comportamento Eleitoral**

A escola de Michigan, desenvolvida na Universidade de Michigan durante as décadas de 1940 e 1950, revolucionou os estudos sobre comportamento eleitoral ao enfatizar a centralidade das predisposições psicológicas e sociais dos eleitores na formação de suas preferências políticas. Essa abordagem, consolidada na obra *The American Voter* (Campbell et al., 1960), contrapõe-se à lógica estritamente racional da teoria da escolha racional, focando na influência duradoura de fatores emocionais e sociais no comportamento político.

O modelo psicossociológico de Michigan se fundamenta, desse modo, na ideia de que o comportamento eleitoral está enraizado em predisposições psicológicas formadas ao longo da vida, em um processo que Campbell et al. (1960) denominaram de socialização política. Nesse processo, indivíduos absorvem valores, crenças e identidades políticas do meio social em que vivem, como família, escola, grupos religiosos e círculos de amigos, entre outros. Essas influências moldam de forma duradoura a percepção política, especialmente por meio da identificação partidária, considerada a variável central do modelo.

A identificação partidária é descrita como um vínculo emocional com um partido político, frequentemente estabelecido na juventude, que funciona como um "filtro perceptual". Esse filtro organiza a maneira como os eleitores processam informações políticas, interpretam eventos e formam atitudes em relação a candidatos, partidos e questões políticas. Para Campbell et al., esse vínculo emocional é suficientemente forte para resistir a mudanças no contexto político ou nas preferências de curto prazo, destacando a estabilidade das predisposições políticas ao longo do tempo.

O modelo também é conhecido como o "modelo de funil", uma vez que, sugere que as crenças e valores mais amplos, como a identificação partidária e a ideologia, são formados inicialmente e servem como base para a constituição de atitudes mais específicas, como o voto. A metáfora do funil destaca a progressiva restrição do número de fatores influenciando o comportamento eleitoral, à medida que as predisposições gerais se traduzem em escolhas eleitorais concretas.

A abordagem psicossociológica de Michigan trouxe contribuições para o estudo do comportamento eleitoral ao enfatizar que as decisões políticas não são apenas resultado de cálculos racionais, mas também de predisposições emocionais e sociais duradouras. Desde sua formulação por Campbell et al. (1960), a escola de Michigan sistematizou o papel das emoções no comportamento político, mostrando como lealdades partidárias e identidades grupais moldam escolhas eleitorais e atitudes políticas.

A centralidade das emoções nesse modelo reflete uma continuidade histórica de debates sobre a influência dos sentimentos na política. Aristóteles já afirmava que as emoções

eram mobilizadas por oradores para persuadir as massas, enquanto Maquiavel destacava o temor como uma ferramenta essencial para a dominação política. Weber, por sua vez, introduziu o conceito de carisma como um atributo central para a autoridade de líderes políticos. A escola de Michigan expandiu esse entendimento ao demonstrar que as emoções desempenham um papel estruturante no comportamento eleitoral, especialmente por meio da identificação partidária. Como Schwartzberg (1979) e Westen (2007) argumentam, campanhas eleitorais frequentemente mobilizam medos, esperanças e lealdades emocionais para reforçar o apoio aos candidatos ou estimular a rejeição aos adversários.

Outro ponto central do modelo psicossociológico é a estabilidade da identificação partidária. Campbell et al. (1960) mostraram que a identificação partidária é formada durante a socialização inicial, sendo altamente resistente a mudanças de curto prazo. No entanto, crises políticas e econômicas podem abalar essa estabilidade, resultando em realinhamentos partidários. Dalton (2016) argumenta que esses realinhamentos são mais prováveis em contextos de mudanças estruturais, como os observados no Brasil após a redemocratização, quando novas lideranças carismáticas desafiaram identidades partidárias estabelecidas.

O modelo também enfatiza o papel contínuo da socialização política, que vai além das influências familiares para incluir experiências subsequentes, como o engajamento em movimentos sociais e a exposição a novas ideias e discursos na vida adulta. Essas experiências podem reforçar ou desafiar as predisposições iniciais, moldando atitudes políticas ao longo do tempo. Em contextos polarizados, como o brasileiro, essas influências podem ser amplificadas por dinâmicas de grupo, consolidando tanto identidades partidárias quanto antagonismos políticos.

No Brasil, a aplicabilidade do modelo psicossociológico enfrenta desafios devido à natureza fragmentada do sistema partidário, e à volatilidade eleitoral. Estudos indicam que a identificação partidária no Brasil é menos estável do que em democracias consolidadas, como os Estados Unidos, em parte devido à proliferação de partidos e à fraqueza institucional de muitos deles (Carreirão e Kinzo, 2004; Samuels e Zucco, 2014). No entanto, a abordagem de Michigan permanece relevante para analisar o impacto da polarização afetiva, que reforça lealdades emocionais e hostilidades entre eleitores de diferentes campos políticos, como observado na dinâmica entre o PT e o bolsonarismo.

Além disso, a metáfora do funil ajuda a explicar como predisposições amplas, como ideologia, influenciam atitudes específicas em contextos de polarização. No entanto, pesquisas mais recentes têm buscado expandir o modelo de Michigan visando incluir fatores como identidade cultural e polarização emocional, particularmente em democracias em

desenvolvimento. Brader (2005, 2006) e Westen (2007) exploraram como campanhas políticas mobilizam emoções como medo e esperança para reforçar identidades partidárias e moldar o comportamento eleitoral, não só de apoio a um grupo, como também de rejeição ao adversário. Esses estudos apontam que, em contextos de alta polarização, as emoções desempenham um papel ainda mais central, muitas vezes superando considerações racionais.

Apesar de suas contribuições, o modelo de Michigan enfrenta críticas por subestimar a capacidade dos eleitores de processar informações políticas de forma ativa e deliberativa. Além disso, sua ênfase na estabilidade da identificação partidária pode não capturar adequadamente contextos de alta volatilidade, como o Brasil, onde novas lideranças e crises frequentemente reconfiguram as lealdades e preferências partidárias.

### **2.3 A Escola de Colúmbia e o Modelo Sociológico de Comportamento Eleitoral**

A Escola de Colúmbia, desenvolvida a partir da obra *The People's Choice* de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1948), introduziu uma abordagem sociológica ao estudo do comportamento eleitoral. Baseada em uma pesquisa empírica conduzida no condado de Erie, Ohio, durante uma campanha presidencial nos Estados Unidos, essa perspectiva transformou a compreensão sobre como as redes sociais e o ambiente coletivo moldam as escolhas políticas. Diferentemente de abordagens que enfatizam a racionalidade individual ou predisposições psicológicas, o modelo sociológico situa o comportamento eleitoral no contexto das interações sociais, das influências grupais e das estruturas sociais.

Lazarsfeld e seus colaboradores demonstraram que as decisões eleitorais não podem ser analisadas isoladamente, mas precisam ser compreendidas como ações influenciadas por contextos grupais. Os eleitores, ao interagirem com indivíduos que compartilham características, como ocupação, localização geográfica ou religião, têm maior probabilidade de formar preferências políticas homogêneas, estabelecendo o que os autores chamaram de “ação em grupo”. Nesse modelo, fatores e variáveis estruturais, históricas, culturais, regionais e econômicas moldam as dinâmicas de escolha, tornando o voto uma expressão coletiva das condições sociais compartilhadas.

A escolha de Erie como campo de estudo ilustra a tentativa dos autores de analisar um ambiente delimitado e controlado. O condado foi selecionado por sua homogeneidade demográfica, o que permitiu observar como redes sociais relativamente estáveis influenciavam as decisões políticas. A pesquisa consistiu em entrevistas sequenciais com eleitores durante toda a campanha eleitoral, acompanhando as mudanças de opinião e

investigando os fatores que levaram a essas alterações. O estudo revelou que a maioria dos eleitores permanecia fiel às suas escolhas iniciais, enquanto as mudanças de opinião eram mais frequentes entre indivíduos expostos a diferentes redes sociais ou influenciados por líderes de opinião.

Os líderes de opinião, conceito central da obra, são indivíduos que ocupam posições estratégicas em suas redes sociais e influenciam desproporcionalmente as decisões dos demais membros do grupo. Katz e Lazarsfeld (1955) desenvolveram o modelo de fluxo de comunicação em dois estágios, que postula que as mensagens políticas são primeiro assimiladas por esses líderes e depois disseminadas para o restante da comunidade. Esse processo sublinha a importância das relações interpessoais na formação de preferências políticas, destacando que a mídia, sozinha, não é suficiente para moldar comportamentos eleitorais sem o suporte dos meios sociais no qual o indivíduo está posto.

As contribuições da Escola de Colúmbia resultaram em dois desdobramentos analíticos sobre a influência dos grupos sociais no comportamento político. O primeiro modelo, focado em pequenos grupos (*small groups*), enfatiza que a comunicação regular dentro de estruturas sociais delimitadas promove homogeneidade política. Nesses casos, as preferências eleitorais se alinham às normas do grupo, com os indivíduos ajustando suas atitudes em resposta à coerção social implícita ou explícita. Huckfeldt e Sprague (1995) expandiram esse modelo ao analisar como a proximidade física e a interação regular em espaços como bairros e locais de trabalho moldam atitudes políticas, reforçando a ideia de que o ambiente social cria uma pressão conformista. O segundo modelo, mais dinâmico, reconhece que os indivíduos estão inseridos em múltiplas redes sociais que muitas vezes têm preferências políticas conflitantes. Finifter (1974) e Sinclair (2012) argumentam que, nesse contexto, as escolhas políticas são resultado de um equilíbrio entre motivações individuais e os custos sociais de divergir das normas grupais. Esse modelo é especialmente relevante em sociedades complexas e urbanizadas, onde as redes sociais tendem a ser mais heterogêneas, criando oportunidades para diversidade de opiniões.

A abordagem sociológica inaugurada pela Escola de Colúmbia trouxe contribuições fundamentais para o entendimento das dinâmicas de participação política e voto, enfatizando o papel das relações interpessoais e dos condicionantes sociais. Estudos como os de Mutz (2006), reforçam que a exposição a redes diversificadas promove a moderação das atitudes políticas, ao passo que redes homogêneas tendem a reforçar a polarização. Essas contribuições são relevantes para o estudo de contextos polarizados, nos quais as redes sociais dos indivíduos podem tanto mitigar quanto intensificar divisões políticas. Além disso, o modelo sociológico ampliou o escopo de análise para incluir formas alternativas de

participação política, como protestos, ativismo e mobilização em comunidades locais. Essa perspectiva reconhece que as escolhas políticas não são apenas reflexo de preferências individuais, mas também expressão de interesses coletivos enraizados em experiências compartilhadas.

No Brasil, a abordagem da Escola de Colúmbia contribui para compreender como fatores como regionalismo, classe social e religião moldam o comportamento eleitoral. A forte influência de grupos religiosos, como os evangélicos, na política brasileira exemplifica o impacto das redes sociais e culturais na formação de preferências eleitorais (Boas, Smith 2021; Machado & Burity, 2014). Estudos sobre o alinhamento político no Nordeste, onde a homogeneidade social e econômica favorece um apoio consistente ao Partido dos Trabalhadores (PT), também ilustram o poder das redes grupais na consolidação de comportamentos políticos (Zucco & Power, 2013; Ames & Smith, 2010). Por outro lado, a fragmentação partidária no Brasil e a diversidade social nas grandes cidades desafiam o modelo tradicional de homogeneidade grupal, destacando a importância de redes sociais diversificadas e a influência de múltiplas identidades sobre as escolhas políticas. Em contextos urbanos, onde as redes são mais heterogêneas, os eleitores podem ser expostos a mensagens conflitantes, criando dinâmicas mais complexas de tomada de decisão.

#### **2.4 O Modelo do Voluntarismo Cívico e a Participação Política**

Nesse sentido, o modelo do voluntarismo cívico, apresentado por Sidney Verba, Kay Schlozman e Henry Brady em sua obra *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics* (1995), é uma abordagem que busca integrar aspectos individuais e coletivos para explicar a participação política. Diferentemente de modelos anteriores que enfatizavam a racionalidade, predisposições psicológicas ou influências sociais, este modelo foca nas condições materiais, motivacionais e contextuais que levam os cidadãos a se engajar na política. A preocupação central dos autores é a desigualdade de participação, que eles consideram uma ameaça direta à qualidade da democracia.

Na visão dos autores, a participação política é essencial para que as demandas dos cidadãos sejam vocalizadas e atendidas. Contudo, a sociedade democrática enfrenta um problema estrutural quando a igualdade formal de direitos não se traduz em igualdade efetiva de participação. A desigualdade na capacidade de vocalizar demandas políticas resulta em uma responsividade governamental assimétrica, onde grupos marginalizados têm menos acesso às decisões políticas. Assim, os autores argumentam que a estratificação social, econômica e cultural contribui diretamente para a reprodução de desigualdades na participação política, criando um ciclo de exclusão política que reflete e reforça

desigualdades sociais.

O modelo do voluntarismo cívico identifica três fatores principais que explicam por que os indivíduos participam (ou não) da vida política. Esses fatores integram recursos individuais, motivações subjetivas e redes de recrutamento social.

O primeiro fator é o *recurso*, ou seja, a capacidade de um indivíduo participar politicamente, que depende de aspectos como tempo disponível, recursos financeiros e habilidades cívicas. Indivíduos com maior acesso a esses recursos têm maior probabilidade de participar, enquanto aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam barreiras significativas ao engajamento político. Como apontam Verba et al. (1995), essa dimensão evidencia como desigualdades sociais impactam diretamente a participação política, favorecendo grupos mais favorecidos na escala socioeconômica, como, por exemplo, homens brancos, economicamente estáveis e de meia-idade.

O segundo fator é a *motivação*, que envolve o desejo de participar. A motivação pode derivar de interesses políticos, percepções sobre a eficácia do voto, ou de um senso de dever cívico. Para os autores, o interesse pela política é fortemente influenciado por variáveis culturais e pelo contexto em que o indivíduo está inserido. Nesse sentido, a motivação pode variar conforme os níveis de polarização política, crises institucionais ou questões específicas em jogo, fatores que frequentemente mobilizam eleitores em contextos como o Brasil.

Por fim, o terceiro fator é a *rede de recrutamento*, ou seja, os contextos sociais nos quais os indivíduos estão inseridos e que os incentivam a participar. Redes como igrejas, sindicatos, movimentos populares e organizações comunitárias desempenham um papel central ao engajar indivíduos para causas coletivas. Essas redes criam um ambiente propício para a mobilização política, especialmente entre grupos que, de outra forma, enfrentariam dificuldades em acessar os canais de participação formal.

A relevância do modelo do voluntarismo cívico no Brasil se apresenta em função das profundas desigualdades sociais que marcam o país e do papel das redes sociais na mobilização política. No caso brasileiro, as condições estruturais descritas por Verba et al. (1995) são amplificadas pela desigualdade econômica e pela fragmentação das oportunidades de participação. Grupos marginalizados, como mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+ e trabalhadores de baixa renda, frequentemente enfrentam barreiras materiais e culturais para se engajar politicamente.

As redes de recrutamento, no entanto, têm se mostrado um fator central para superar essas barreiras. Movimentos sociais, Partidos Políticos e organizações religiosas, como

igrejas evangélicas, têm desempenhado um papel crucial na mobilização de eleitores em contextos onde o acesso à informação e aos recursos é limitado. Essas redes conectam indivíduos às estruturas políticas e oferecem oportunidades para vocalizar demandas coletivas.

A motivação também desempenha um papel crucial no comportamento eleitoral brasileiro, especialmente em contextos de alta polarização. Como argumentam Borba e Ribeiro (2012), crises políticas ou a percepção de ameaças aos direitos podem mobilizar eleitores marginalizados que, de outra forma, estariam alienados do processo político. Esse comportamento é evidente em eleições presidenciais marcadas por discursos polarizadores e pela mobilização emocional, como nas eleições de 2018 e 2022.

Pesquisas recentes ampliaram o modelo do voluntarismo cívico para incluir a interação entre fatores individuais e estruturais. Brady et al. (2012) argumentam que a digitalização das redes sociais oferece novas oportunidades de recrutamento, especialmente para jovens e grupos marginalizados. Além disso, autores como Hansen (2019) destacam a importância de fatores emocionais, identitários e ideológicos como motivadores da participação política, sugerindo que as redes não apenas oferecem recursos, mas também criam narrativas que conectam indivíduos às causas políticas.

## **2.5 Eixos Explicativos da Participação Eleitoral e a Polarização Política no Brasil**

Nesse sentido, Speck e Peixoto (2022), classificam a literatura que explica o comparecimento eleitoral no Brasil em quatro grandes eixos: o que abrange às características socioeconômicas e atitudinais; condições partidárias; arranjos institucionais e características ecológicas.

No primeiro eixo, a participação eleitoral é explicada por fatores individuais: socioeconômicos, demográficos e atitudinais. Os estudos pioneiros de Lamounier (1980), Lima Júnior (1990) no Brasil, por exemplo, valendo-se de dados agregados, destacaram o contraste entre bairros ricos e pobres nas taxas de participação no Brasil. Posteriormente, com o desenvolvimento das pesquisas survey, as pesquisas passam a trabalhar com microdados (Lavareda, 1991), acessando as atitudes e preferências dos eleitores.

Com base em dados de survey, além de confirmar com microdados o efeito da escolaridade e da renda já identificado pelas pesquisas pioneiras no Brasil, Borba (2008) também demonstrou que a participação é maior entre aqueles que se informam e se interessam mais sobre política, bem como entre os que apoiam o regime democrático. Por outro lado, a percepção de corrupção parece ser um dos principais detratores da participação. Eleitores que percebem mais corrupção, têm menos chance de participar dos que aqueles que não percebem (Bonifácio e Ribeiro, 2016). Bohn (2009) também encontrou que indivíduos

que avaliam mal a oferta de serviços públicos municipais tendem a participar menos dos pleitos locais.

A segunda dimensão explicativa da participação é a dos partidos e das “elites” políticas. Essa perspectiva examina as características estruturais da competição política em cada eleição, considerando sua competitividade, hegemonia e mobilização de recursos. Entre as pesquisas clássicas, Campello de Souza (1976) indicou que a falta de mobilização partidária em áreas rurais contribuiu para a alta abstenção nas eleições presidenciais entre 1945 e 1964. O debate sobre o registro de eleitores também destaca o papel dos partidos na mobilização (Gomes, 1987; Limongi, 2015). Ribeiro, Borba e Silva (2015) incluem o número efetivo de partidos (NEP) e o número de candidatos por eleitor em sua análise multinível, enquanto Silva (2016) aborda o NEP e a competitividade.

O terceiro eixo explicativo considera os fatores institucionais. Trabalhos comparativos internacionais destacam macro arranjos, como forma de governo, modelo federativo e sistemas eleitorais (Blais, 2006; Cancela e Geys, 2016; Geys, 2006; Vowles, 2017). Outra variável fundamental é a regra da obrigatoriedade do voto (Elkins et. al, 2000; Lijphart, 1997; Power e Roberts, 1995). Ribeiro, Borba e Silva (2015), por exemplo, incluem variáveis institucionais em sua análise comparativa sobre a participação em eleições presidenciais, como obrigatoriedade do voto, bicameralismo e eleições em dois turnos, revelando impactos diferenciados.

O último eixo é o que Speck e Peixoto (2022) chamam de “fatores ecológicos”, ligados às características das unidades geográficas onde a votação se realiza: regiões, estados, municípios ou bairros. Lima Júnior (1990) é pioneiro ao introduzir o argumento ecológico, em contraposição aos fatores individuais, utilizando indicadores geográficos para expressar o custo de acesso aos locais de votação. Soldati (2016) e Alkmim (2018) aprofundam a abordagem ecológica, criando tipologias de municípios com base em fatores socioeconômicos e analisando o perfil dos municípios em relação à participação eleitoral, revelando a influência significativa do contexto municipal nas diferentes etapas do processo eleitoral. O argumento ecológico, embora pouco explorado, destaca a importância do contexto do local na compreensão da participação eleitoral.

A presente pesquisa dialoga diretamente com a literatura que trata dos partidos e das lideranças políticas e dos arranjos institucionais, embora, indiretamente, também esteja bastante ligada ao eixo que trata dos atributos individuais. Nas seções seguintes detalhamos melhor o diálogo com cada um desses eixos.

O diálogo com a literatura de partidos e lideranças políticas se dá mediante o tema da polarização política. O fenômeno da polarização é complexo e pode ser caracterizado de diferentes formas. Nesse trabalho iremos utilizar o conceito de Mason (2013) que concebe a

polarização como um fenômeno “afetivo”. Isso significa que a polarização é caracterizada, principalmente, pelo vínculo social e o grau de pertencimento a um grupo político, gerando sentimentos negativos aos grupos de oposição (Mason, 2013).

Essa definição remete aos estudos clássicos da chamada “escola de Michigan” (Campbell et. Al., 1960) que já na década de 1960 destacava tanto o impacto do eleitor se identificar com um partido (partidarismo positivo), como, também, o de não se identificar ou, sobretudo, de “rejeitar” um partido (partidarismo negativo).

Um ponto central é que a polarização afetiva está diretamente relacionada aos partidos e as lideranças políticas. O antagonismo dos partidos e o engajamento das suas lideranças no debate público oferece “pistas” ao eleitor que passa a ser alinhar com esses posicionamentos (Levendusky e Malhotra, 2016, Singer, 2018). Esse processo é bem mapeado na literatura norte-americana, que vem identificando uma crescente polarização afetiva no país (Iyengar et. al., 2012; Mason, 2018).

O que se pode concluir é que a estrutura da competição política afeta a força e a estabilidade das preferências partidárias (Mason, 2018). Quando a competição é polarizada e os partidos ou lideranças defendem posições claramente distintas entre si, aumenta a probabilidade de os eleitores conseguirem se identificar, se posicionar e desenvolver preferências claras em relação às agremiações políticas.

### **3 Polarização Política, Antagonismo Afetivo e Participação Eleitoral**

A polarização política, definida como o aumento das diferenças emocionais e ideológicas entre grupos políticos, tem sido um fenômeno amplamente estudado. Iyengar et al. (2012) destacam que, em contextos polarizados, a política assume um caráter emocional mais intenso, nos quais as identidades partidárias e ideológicas moldam fortemente as atitudes e decisões políticas. A teoria da polarização afetiva sugere que a polarização intensifica as lealdades ao próprio grupo político (*in-group*) e a rejeição ao grupo adversário (*out-group*), ampliando o papel de variáveis como ideologia e identificação partidária no comportamento eleitoral.

Em contextos de alta polarização, como apontam Hartevelde e Wagner (2023), as divisões ideológicas se tornam mais pronunciadas, e o engajamento político é frequentemente motivado pelo desejo de derrotar o adversário, em vez de apoiar propostas políticas específicas. Isso reforça a centralidade das variáveis ideológicas e partidárias no desejo de participar das eleições, uma vez que o eleitorado percebe as eleições como altamente competitivas e com consequências significativas. Nesse sentido, a primeira hipótese (**H1**) se alinha a evidências empíricas de que contextos polarizados aumentam a saliência da ideologia e do partidarismo como fatores determinantes e catalisadores da participação.

O modelo de Michigan oferece uma estrutura útil para compreender esse fenômeno. De acordo com Campbell et al. (1960), a identificação partidária funciona como um filtro perceptual que organiza as atitudes políticas e reforça as motivações emocionais para participar. Em contextos polarizados, esse filtro se torna ainda mais relevante, exacerbando as divisões ideológicas e estimulando a participação eleitoral como uma forma de expressar lealdade ao grupo político e rejeição ao adversário.

A polarização política no Brasil apresenta características distintas e multifacetadas, que interagem com dinâmicas ideológicas, emocionais e sociais, moldando a participação eleitoral e o comportamento político. Estudos recentes, como os de Ortellado et al. (2022), Fuks e Marques (2023) e Bello (2023), demonstram que a polarização afetiva tem desempenhado um papel central no cenário político brasileiro, diferenciando-se de contextos como o norte-americano em termos de origem, intensidade e características estruturais.

A polarização política no Brasil é descrita como um fenômeno que combina clivagens ideológicas, emocionais e demográficas, marcadas por divisões em torno de temas morais, econômicos e identitários. Segundo Ortellado et al. (2022), enquanto a polarização afetiva nos Estados Unidos evoluiu ao longo de décadas, no Brasil ela emerge como um fenômeno recente, intensificado a partir de 2018, com a ascensão de Jair Bolsonaro e a radicalização de discursos políticos. O alinhamento entre identidade ideológica e opiniões sobre questões morais cria uma dinâmica em que os polos opostos se repelem emocionalmente, consolidando a rejeição mútua entre grupos de direita e esquerda.

“Em resumo, quando olhamos para todas as medidas utilizadas na literatura americana nas bases de dados do WVS e do LAPOP, encontramos, para o caso brasileiro, polarização política em algum grau” (ORTELLADO et. al., 2022, p. 87).

A polarização afetiva no Brasil não se limita ao campo ideológico, mas incorpora uma dimensão emocional intensa que reforça lealdades partidárias e aprofunda divisões sociais. Fuks e Marques (2023) argumentam que, embora a polarização nos Estados Unidos tenha se concentrado nos partidos Republicano e Democrata, no Brasil ela é caracterizada por um antagonismo emocional e simbólico mais amplo, mobilizado por lideranças políticas e religiosas. Esses líderes desempenham um papel crucial ao articular agendas específicas que dividem a sociedade em questões como costumes, justiça social e economia.

Além disso, Bello (2023) destaca que a polarização brasileira é um fenômeno profundamente contextualizado, influenciado por ressentimentos sociais e econômicos. Esses fatores ampliam a fragmentação entre grupos com diferentes visões de mundo,

criando um cenário no qual a mobilização política está frequentemente ligada a rejeições emocionais mais do que a apoios racionais. A partir de 2017, a correlação entre identidade ideológica e atitudes emocionais em relação ao "out-group" se torna evidente, consolidando o papel da polarização afetiva na política brasileira.

Os estudos de Ortellado et al. (2022) e outros confirmam que a polarização afetiva intensifica o papel das variáveis ideológicas e partidárias na mobilização política. Esse fenômeno é consistente com a primeira hipótese desta dissertação (**H1**), que argumenta que contextos mais polarizados aumentam o efeito das variáveis ideológicas e partidárias sobre o desejo de participação eleitoral. Em um cenário de alta polarização, como o brasileiro, a identidade partidária não apenas organiza as atitudes políticas, mas também atua como uma força emocional que estimula o engajamento político, mesmo entre eleitores que enfrentam altos custos de participação.

O modelo de Michigan, com sua ênfase na identificação partidária como filtro perceptual, ajuda a compreender como a polarização afetiva reforça o vínculo emocional com o próprio grupo político. Campbell et al. (1960) destacam que, em contextos polarizados, esse vínculo se torna ainda mais saliente, intensificando a motivação para participar das eleições como uma forma de defender o grupo e rejeitar o adversário.

No contexto de voto facultativo (**H2**), a polarização afetiva desempenha um papel ainda mais significativo. A literatura mostra que o engajamento eleitoral em sistemas facultativos depende fortemente de incentivos emocionais e identitários, uma vez que a percepção de competição acirrada e o desejo de evitar que o adversário político alcance o poder aumentam a probabilidade de participação em contextos polarizados (Harteveld e Wagner 2023).

No caso brasileiro, a polarização política se manifesta através de clivagens em relação a questões morais, econômicas e ideológicas, que geram divisões entre grupos sociais. Essas clivagens podem estar relacionadas a temas como partidarismo, situação econômica, ideologia, questões de costume, ressentimentos sociais e econômicos, entre outros. A polarização no Brasil também pode ser influenciada por líderes políticos e religiosos, que mobilizam suas bases em torno de agendas específicas e contribuem para a amplificação das divisões na sociedade. Além disso, a polarização pode se manifestar de forma afetiva, ideológica ou demográfica, refletindo diferentes dinâmicas e características do cenário político brasileiro.

Apesar das particularidades da polarização política no Brasil, existem aspectos que refletem o padrão comum identificado na literatura internacional. Um desses aspectos é o evidente antagonismo no campo afetivo, onde as emoções desempenham um papel significativo na dinâmica da polarização política no país. O Brasil segue a tendência

internacional concentrando a polarização nos grupos politicamente mais engajados (Abramowitz, 2010; Fiorina, Abrams, 2008; Wagner, 2021).

Qual seria o efeito disso na participação política? Tomando como base o que foi produzido por Hartevelt e Wagner (2020) um dos caminhos equalizadores da participação política e eleitoral se consistiria justamente em contextos nos quais há uma proeminente polarização. Com estudos produzidos na Alemanha, Holanda e Espanha, os autores puderam notar que a polarização aumenta efetivamente os índices de participação, não só relacionados as camadas e estratos sociais mais bem posicionados ou para grupos que se interessam mais por política, como também a polaridade entre dois termos em uma disputa eleitoral acabou por promover em maior grau a participação daqueles indivíduos pertencentes aos níveis sociais mais inferiores de uma sociedade. Por mais que muitas vezes a polarização em uma eleição possa ser encarada como algo problemático e danoso para o funcionamento da democracia, um de seus principais pontos positivos é a contribuição e o incentivo dada aos cidadãos para a participação.

Seguindo a mesma linha, Ward e Tavits (2019) e Wagner (2021) argumentam que níveis mais altos de antipatia por partidos de características políticas e ideológicas opostas estão associados a uma maior intenção de comparecer nas eleições. Esta correlação se encaixa com a observação de que a participação aumentou, ou pelo menos interrompeu seu declínio recentemente em eleições caracterizadas por profundas divisões partidárias, como nos Estados Unidos ou no Reino Unido.

Para sintetizar, podemos dizer que o mecanismo de por que a polarização afetiva pode aumentar a participação é simples: quanto maior for a antipatia por outros grupos e partidos, mais está em jogo, a política, dessa forma, se torna competição (WARD E TAVITS 2019). Ao transformar adversários políticos em inimigos, a participação eleitoral torna-se mais importante, mais impactante e poderosa para os cidadãos, simplesmente para manter o grupo divergente fora do poder. Enquanto Downs (1957) observou que é irracional para qualquer indivíduo investir tempo para ir às urnas, a política de grupo pode ser uma força que impulsiona a participação eleitoral (Edlin, 2007). A polarização faz com que os eleitores se preocupem com a política de uma maneira que, em certa medida, contribui para a volta a lógica da utilidade eleitoral. Nesse sentido, a participação passa a se justificar não só para fazer valer os seus direitos enquanto cidadão, mas também para vencer o outro, impedir que outro grupo, avesso ao seu, chegue ao poder.

#### **4 Quais são as Eleições Polarizadas no Brasil?**

A polarização política tornou-se um dos conceitos centrais para entender as dinâmicas eleitorais contemporâneas. No caso brasileiro, esse fenômeno assume

características únicas, resultantes de processos históricos recentes, transformações sociais e rearranjos nas esferas políticas e partidárias.

O conceito de polarização política no Brasil passou por transformações significativas ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças tanto no sistema político quanto na sociedade. Durante o período de 1994 a 2014, a polarização era predominantemente político-partidária, organizada em torno de dois polos principais: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Essa dinâmica, tinha como característica a alternância de poder entre os dois partidos, em um contexto de presidencialismo de coalizão (Nobre, 2022). Nesse período, as campanhas eleitorais eram marcadas por antagonismos programáticos, como debates sobre redistribuição de renda, políticas econômicas e sociais.

Contudo, essa polarização era restrita às elites políticas e aos períodos de campanha eleitoral, não se traduzindo em divisões profundas no eleitorado (Borges e Vidigal, 2018; Borba e Ferreira, 2024). A sociedade brasileira não apresentava, nesse momento, clivagens ideológicas claramente definidas, e as escolhas eleitorais eram influenciadas por questões pragmáticas, como crescimento econômico e inflação. Esse modelo explicativo, embora relevante, começa a ser desafiado a partir de 2006, com um realinhamento do eleitorado baseado em clivagens sociais e regionais (Singer, 2012).

A eleição de 2018 representa um ponto de inflexão nesse processo. Com a ascensão de Jair Bolsonaro, a polarização política no Brasil adquire uma dimensão afetiva, marcada por um antagonismo emocional intenso entre grupos políticos opostos. Segundo Fuks e Marques (2020), a polarização afetiva se caracteriza pela identificação emocional com o próprio grupo político (*in-group*) e pela rejeição ao grupo adversário (*out-group*), transformando o adversário em um inimigo. Essa dinâmica, amplificada pelo bolsonarismo e pelo antipetismo, extrapola os períodos eleitorais e se manifesta em aspectos do cotidiano, como relações sociais e consumo (Nunes e Traumann, 2024).

Desse modo, eleições polarizadas podem ser entendidas como aquelas em que clivagens ideológicas, sociais e emocionais se tornam intensamente visíveis, transformando o processo eleitoral em uma disputa acirrada e estruturalmente organizada entre dois polos políticos claramente diferenciados. Essa definição vai além da competição política comum, caracterizando-se por uma divisão que transcende os períodos eleitorais e que afeta as relações sociais, culturais e institucionais. Os pleitos de 2018 e 2022 no Brasil representam exemplos emblemáticos dessa dinâmica, justificando sua escolha como objeto de análise nesta pesquisa. A eleição de 2018 foi um marco na história política brasileira, rompendo com o padrão de competição bipartidária entre PT e PSDB que caracterizou as eleições presidenciais de 1994 a 2014 (Nicolau, 2020; Nobre, 2022). Essa ruptura se deu com a

ascensão de Jair Bolsonaro, um candidato outsider que mobilizou ressentimentos sociais, rejeições ao sistema político tradicional e discursos conservadores, trazendo para o centro do debate público questões de identidade moral e valores sociais. Ao contrário dos padrões anteriores, onde o comportamento eleitoral era predominantemente influenciado por questões econômicas e de políticas públicas, em 2018, a polarização afetiva tornou-se o eixo central da disputa (Fuks e Marques, 2020).

Nesse pleito, as clivagens sociais se intensificaram, refletindo divisões profundas entre os eleitores de Bolsonaro e os eleitores do PT. Estudos indicam que as diferenças de perfil entre os eleitores foram marcadas por variáveis como renda, escolaridade, religião e região de residência, com Bolsonaro concentrando votos entre brancos, evangélicos e eleitores de maior renda e escolaridade, enquanto o PT dominava entre negros, católicos, e eleitores de menor renda e escolaridade, particularmente no Nordeste (Nunes e Traumann, 2023; Nicolau, 2020). Esse realinhamento eleitoral, conforme argumentam Singer (2012) e Bello (2023), evidencia como a polarização passou a incorporar dimensões emocionais e identitárias, transformando adversários políticos em inimigos existenciais.

A eleição de 2022 aprofundou ainda mais essas divisões, consolidando o modelo de eleições polarizadas no Brasil. O confronto entre Bolsonaro e Lula foi marcado pela intensificação de antagonismos emocionais, com a principal motivação de grande parte dos eleitores sendo derrotar o adversário, em vez de apoiar diretamente seu candidato preferido (Nunes e Traumann, 2024). Como Wagner (2021) aponta, esse fenômeno reflete a essência da polarização afetiva, onde a rejeição ao outro grupo se torna um motor central da participação política. Esse pleito também evidenciou como a polarização extrapola as campanhas eleitorais, impactando relações sociais, familiares e até mesmo padrões de consumo. Segundo Nunes e Traumann (2023), 17% dos eleitores relataram ter rompido relações pessoais devido às eleições de 2022, enquanto outros 75% afirmaram não se arrepender de brigas motivadas por divergências políticas.

Além disso, as eleições de 2018 e 2022 demonstraram que a polarização no Brasil não se limita às elites políticas, mas está profundamente enraizada na sociedade, alimentada por discursos políticos polarizadores, lideranças carismáticas e divisões históricas entre regiões e classes sociais (Bello, 2023). O bolsonarismo, por exemplo, consolidou-se como um movimento político e social que articula ressentimentos econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que adota posições antissistêmicas e antidemocráticas em parte de sua base eleitoral (Fuks e Marques, 2020). O lulismo, por sua vez, representa um polo oposto, associado à defesa de políticas redistributivas e de direitos sociais (Singer 2012).

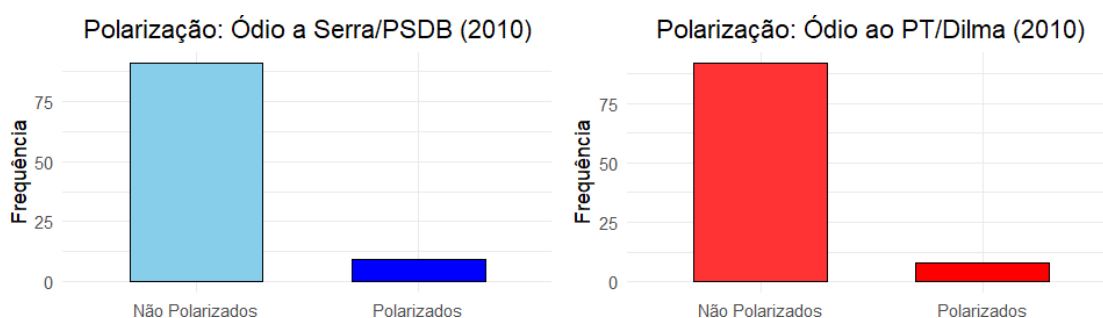
Tomando por base dados de pesquisas eleitorais que investigam atitudes e posicionamentos políticos em diferentes eleições é possível observar e analisar o crescente

processo de polarização no país, ganhando intensidade a partir de 2018, refletindo transformações no sistema partidário e no comportamento dos eleitores. Os dados analisados mostram que o Brasil passou por um processo de intensificação da polarização eleitoral. Esse período é marcado pela consolidação da polarização afetiva, com eleitores expressando rejeições emocionais intensas aos grupos adversários. A partir de 2018, as eleições brasileiras deixam de ser apenas uma disputa política e passam a refletir um antagonismo social e cultural mais amplo, justificando a classificação de 2018 e 2022 como exemplos de eleições altamente polarizadas.

Definiu-se como ódio à Direita o conjunto de eleitores que declararam não gostar de pelo menos um dos seguintes pontos: Bolsonaro, o Partido Liberal (PL)/Partido Social Liberal (PSL) ou o PSDB e seus candidatos (Partido da Social Democracia Brasileira). Já a esquerda, a polarização contra o Partido dos Trabalhadores (PT) foi medida pela aversão simultânea ao próprio partido e seus candidatos. Dessa forma, os eleitores polarizados foram aqueles que apresentaram atitudes negativas em ambas as dimensões analisadas sobre um determinado campo ideológico/partidário. Os não polarizados foram definidos como aqueles que não rejeitam totalmente pelo menos um dos elementos de cada conjunto ideológico, ou partido ou candidato.

Em 2010, os índices de polarização afetiva eram baixos, com menos de 10% dos eleitores manifestando rejeição intensa a um dos polos partidários. Essa eleição foi marcada pela continuidade do modelo de polarização político-partidária entre PT e PSDB, como descrito por Nobre (2022). Contudo, a rejeição ainda era limitada e não se traduzia em antagonismos emocionais profundos. A candidatura de Dilma Rousseff (PT), vista como continuidade do lulismo, enfrentou José Serra (PSDB), que representava uma oposição tradicional. A disputa refletia mais diferenças programáticas do que emocionais, caracterizando-se por uma competição política relativamente institucionalizada e menos polarizada socialmente.

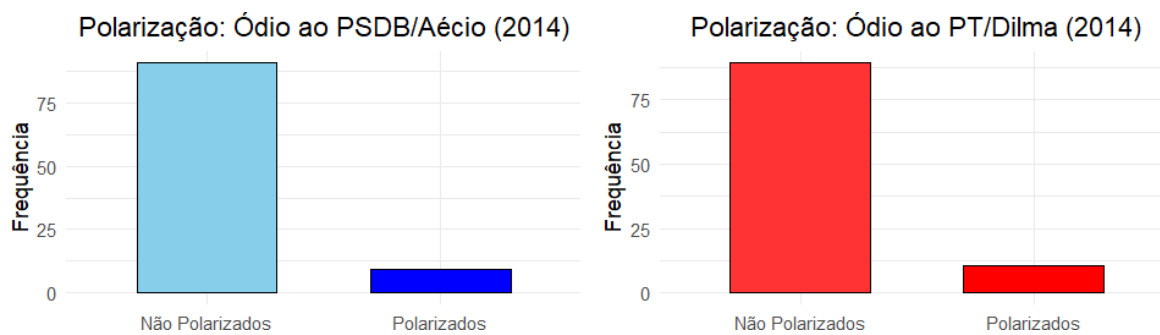
**Gráfico 2 – Polarização afetiva 2010**



fonte: Autoria própria com base no ESEB.

Em 2014, os dados mostram um aumento leve, mas significativo, nos níveis de polarização afetiva, especialmente contra o PT. A rejeição ao PSDB permaneceu estável (9,06%), enquanto o antipetismo cresceu (10,68%). Esse aumento pode ser associado à deterioração econômica que começou a afetar o segundo governo de Dilma Rousseff e ao fortalecimento do discurso antipetista, impulsionado pelos protestos de 2013 e por acusações de corrupção. Essa eleição foi uma das mais acirradas da história brasileira, com Dilma derrotando Aécio Neves por uma margem de apenas 3%. A narrativa de "nós contra eles" começou a ganhar força, especialmente com o discurso do PT enfatizando a defesa das conquistas sociais, enquanto o PSDB capitalizava na insatisfação econômica e social.

**Gráfico 3: Polarização afetiva 2014**

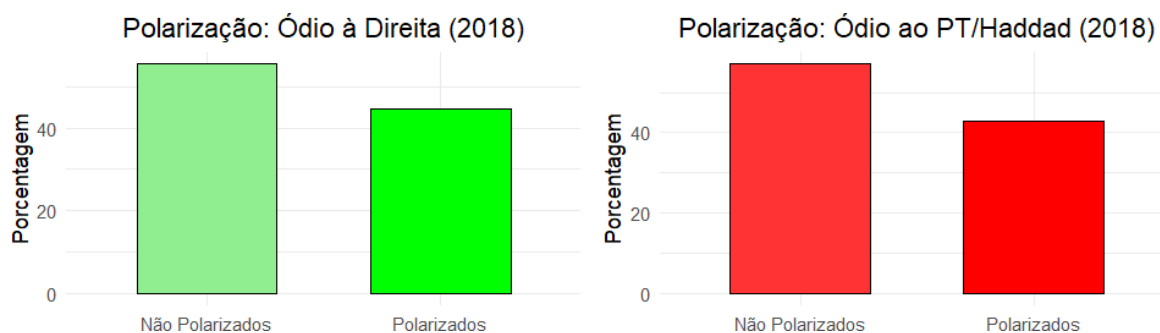


fonte: Autoria própria com base no ESEB.

No entanto, em conformidade com o que a literatura já apresentou, em 2018, a polarização se intensifica consideravelmente. Os eleitores polarizados contra o PT e contra a Direita representam proporções substanciais do eleitorado, com destaque para o crescimento do ódio à Direita. Desse modo, a eleição de 2018 representa uma virada estrutural, com níveis de polarização afetiva alcançando patamares sem precedentes. Aproximadamente 43%-45% dos eleitores manifestaram rejeições intensas, tanto à direita quanto ao PT. Essa polarização foi alimentada pela ascensão de Jair Bolsonaro, que capitalizou sobre o sentimento antipetista e o desgaste das instituições políticas tradicionais. O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, enfrentou dificuldades para reconstruir sua imagem após os constantes processos de desgastes, como a Lava Jato e o desgastante processo de Impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff.

A ausência de um candidato forte do PSDB e o colapso da polarização partidária tradicional criaram espaço para um novo eixo de antagonismo, entre bolsonarismo e o PT/Antipetismo. A campanha daquele foi marcada por discursos extremados, uso massivo de redes sociais e a disseminação de desinformação, reforçando os sentimentos de ódio e rejeição ao grupo rival. Nesta eleição não bastava apenas vencer, era necessário impedir que o “inimigo” chegasse ao poder.

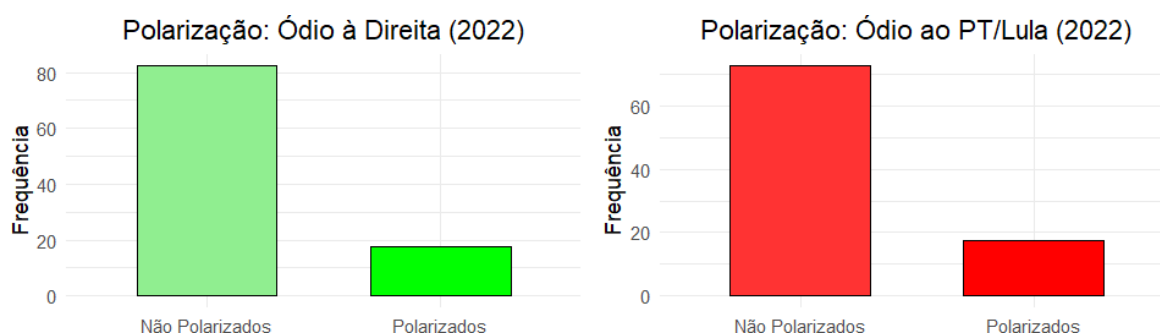
**Gráfico 4 - Polarização afetiva 2018**



fonte: Autoria própria com base no ESEB.

Em 2022, por mais que a polarização tenha, em certa medida, arrefecido e apresentado índices menores do que em 2018, continuou bastante alta se comparada a eleições anteriores a 2018. Eleitores polarizados contra o PT (27,29%) e contra a Direita (17,64%) refletem ainda um contexto político e eleitoral marcado ainda pela polarização. A eleição foi caracterizada por uma polarização consolidada, com os dois candidatos reforçando discursos voltados para suas bases e mobilizando rejeições emocionais intensas. Segundo Nunes e Traumann (2024), grande parte dos votos foi motivada mais pela rejeição ao adversário do que por apoio ao candidato escolhido, evidenciando a centralidade da polarização afetiva no comportamento eleitoral.

**Gráfico 5 - Polarização afetiva 2022**



fonte: Autoria própria com base no ESEB.

Assim sendo, a escolha dos pleitos de 2018 e 2022 como foco de análise permite explorar como a polarização afetiva não apenas define as preferências eleitorais, mas também como impacta diretamente no comportamento e na participação eleitoral dos indivíduos. Dessa maneira, se nossa hipótese estiver correta, esperamos encontrar que:

1. O efeito das variáveis ideológicas/partidárias será maior nas eleições mais polarizadas, notadamente em 2018 e em 2022.
2. O efeito das variáveis ideológicas/partidárias será ainda mais intenso quando consideramos o voto hipotético, na medida em que já não existe mais uma punição econômica ou, em outras palavras, incentivo econômico em participar.

## **5 O Voto Facultativo, Polarização e as Dinâmicas da Participação Eleitoral**

Como visto, a maior parte da literatura trabalha com a participação política “real”, isto é, se os eleitores de fato participaram das eleições (ou, ao menos, se é isso que informam ao serem questionados em uma pesquisa).

No entanto, o voto facultativo introduz uma dinâmica adicional no comportamento eleitoral, especialmente em contextos polarizados. Estudos baseados na teoria da escolha racional (Downs, 1957) argumentam que a decisão de votar é influenciada por um cálculo de custo-benefício, onde os custos da participação devem ser superados pelos benefícios esperados. Em sistemas com voto facultativo, como os Estados Unidos, o engajamento eleitoral depende mais fortemente de fatores como ideologia e partidarismo, que funcionam como incentivos motivacionais.

A literatura recente sugere que a polarização política amplifica o efeito das variáveis ideológicas em sistemas de voto facultativo. Hartevelt e Wagner (2023) mostram que, em eleições polarizadas, os eleitores são motivados não apenas pelo apoio ao seu partido, mas também pela rejeição ao adversário, intensificando o papel das divisões ideológicas na participação. Além disso, Borba e Ribeiro (2012) destacam que a rejeição aos candidatos adversários pode ser uma força mobilizadora poderosa em contextos facultativos, onde os eleitores precisam de incentivos mais fortes para superar os custos da participação.

O modelo do voluntarismo cívico também é central para compreender o impacto do voto facultativo. Verba, Schlozman e Brady (1995) argumentam que os indivíduos participam politicamente porque podem, querem e são recrutados. Em contextos de polarização, as redes de recrutamento desempenham um papel crucial na mobilização de eleitores, especialmente entre aqueles com menos recursos. A polarização emocional amplifica as motivações subjetivas e cria um ambiente no qual os eleitores percebem sua participação como um dever cívico, intensificando o efeito do partidarismo e da ideologia no comportamento eleitoral.

A obrigatoriedade do voto no Brasil, consolidada desde a Constituição de 1934 e mantida no atual Código Eleitoral de 1965, apresenta um contexto singular para a análise do

comportamento eleitoral. Esse cenário cria condições específicas que diferem substancialmente de sistemas nos quais o voto é facultativo, levantando desafios teóricos e metodológicos para entender como variáveis como polarização afetiva, ideologia e partidarismo influenciam o desejo de participar do processo eleitoral. Por um lado, o voto obrigatório assegura altos níveis de comparecimento, reduzindo as barreiras materiais e motivacionais que poderiam limitar a participação em outros contextos. No entanto, a compulsoriedade do comparecimento oculta dinâmicas de desengajamento político que poderiam ser mais evidentes em sistemas onde a participação é opcional.

Conforme Kahn (1992) e Nicolau (2012), o voto obrigatório no Brasil foi institucionalizado como uma tentativa de universalizar o acesso ao sufrágio e garantir que o sistema democrático representasse de forma mais ampla os interesses da população. Essa norma busca minimizar desigualdades na participação, historicamente associadas a condições socioeconômicas e culturais, permitindo que o sufrágio seja efetivamente universal. Entretanto, como Power (2009) e Birch (2009) apontam, a compulsoriedade se aplica apenas ao comparecimento, não ao ato de votar em si, já que o eleitor pode optar por anular seu voto ou votar em branco, o que mantém um espaço de manifestação política ou apatia que não compromete a obrigatoriedade formal.

A literatura aponta que, em contextos de voto facultativo, variáveis como ideologia e partidarismo assumem um papel central na motivação para votar, pois os eleitores devem superar barreiras individuais, como tempo e interesse, para participar do processo político (Harteveld e Wagner, 2023). No Brasil, entretanto, o voto obrigatório nivela essas barreiras, garantindo altos índices de comparecimento independentemente do engajamento político individual ou da saliência de questões ideológicas. Assim, o desafio está em discernir até que ponto o desejo de participar é moldado por fatores motivacionais e emocionais, em contraste com a compulsoriedade que garante a participação mínima.

Além disso, o contexto de polarização afetiva intensificada desde 2018 adiciona uma camada de complexidade a essa análise. Em sistemas polarizados, como o brasileiro, a rejeição ao "*out-group*" e a lealdade ao "*in-group*" são frequentemente mobilizadoras, motivando os eleitores a participar mesmo em sistemas facultativos. Contudo, a obrigatoriedade do comparecimento no Brasil dificulta a identificação do peso dessas variáveis, uma vez que todos os eleitores são levados às urnas, independentemente de seu nível de engajamento emocional ou ideológico.

Por fim, o voto obrigatório desafia teorias como a escolha racional (Downs, 1957), que pressupõem um cálculo de custo-benefício para decidir participar. No Brasil, esse cálculo é significativamente alterado pela compulsoriedade, o que implica que os eleitores participam em função de uma exigência legal, e não necessariamente por motivações individuais. No

entanto, a possibilidade de votar em branco ou anular o voto indica que o sistema permite alguma expressão de insatisfação ou desengajamento, mesmo dentro de um contexto de obrigatoriedade.

Entretanto, alguns estudos mais recentes também têm trabalhado com a perspectiva do chamado “voto hipotético”, no qual o respondente do *survey* informa se participaria de uma eleição, caso o voto não fosse obrigatório. Apesar dos problemas dessa abordagem, ela é uma forma de dialogar com a literatura que mede o efeito dos arranjos institucionais sobre a participação, pois cria um cenário no qual é possível comparar o que os eleitores realmente fizeram com o que eles fariam na ausência da regra (Aguiar e Casalecchi, 2021; Silva, 2020, Nicolau, 2022).

Dentre as poucas pesquisas que analisam o comparecimento eleitoral em cenários hipotéticos, Casalecchi e Aguiar (2021) observam com dados do ESEB de 2014 que, em um cenário facultativo, o status socioeconômico (SSE) detém um papel de extrema relevância, especialmente a escolaridade, sobre a decisão de participar ativamente ou não dos pleitos eleitorais. Para tanto, a seleção da amostra foi realizada em três estágios, incluindo a seleção probabilística dos municípios, estratificação por estado e subestratificação em regiões metropolitanas e interior, além da seleção dos entrevistados com cotas proporcionais a variáveis como sexo, idade, escolaridade e ramo de atividade. Essa abordagem permitiu a elaboração de modelos de equação estrutural, que possibilitam a decomposição dos efeitos das variáveis em diretos, indiretos e totais. Desse modo, pode-se compreender e analisar como as variáveis socioeconômicas e de engajamento político influenciam a disposição ao voto facultativo no Brasil.

Desse modo, o ensino superior demonstra ter um impacto direto positivo e estatisticamente significativo sobre o voto. Além disso, é importante destacar que ele também tem um efeito positivo sobre o interesse por política. Esse interesse por política, por sua vez, influencia positivamente a participação, especialmente em contextos de voto facultativo, o que segundo os autores, sugere que o impacto total da escolaridade (nível superior) é quase o dobro do seu impacto direto, evidenciando que o instituição do voto facultativo no Brasil poderia resultar em distorções significativas na participação eleitoral, favorecendo as camadas mais privilegiadas da sociedade, como os brancos, os mais escolarizados e os mais abastados. Os resultados indicam que as variáveis de engajamento político desempenham um papel crucial na predição do voto facultativo, sendo influenciadas pela renda, escolaridade e raça dos indivíduos. Além disso, a análise dos efeitos diretos e indiretos das variáveis socioeconômicas e de engajamento político revela a complexidade das relações que moldam o comportamento eleitoral em um cenário de voto voluntário

Nesse sentido, os autores defendem que a manutenção da obrigatoriedade do voto é

um “equalizador” importante para a democracia, pois cria incentivos para que os grupos menos favorecidos participem, vocalizando suas preferências.

Carreirão et. al. (2022) reforça esse diagnóstico ao demonstrar que uma alteração institucional em direção ao voto voluntário fortaleceria as desigualdades de participação baseadas nos recursos individuais enfatizados pela teoria do voluntarismo cívico. A transição para o voto voluntário tenderia a amplificar a participação eleitoral daqueles que possuem maiores recursos, como educação, tempo, dinheiro e habilidades cívicas. Os resultados encontrados na pesquisa apontam para os mesmos caminhos, isto é, muito provavelmente levaria a uma menor participação eleitoral dos mais pobres, menos educados e menos privilegiados do ponto de vista social e econômico.

Nessa esteira, segundo o estudo de Jairo Nicolau (2022), a principal variável associada à propensão de participação individual hipotética em um pleito está relacionada ao índice de interesse por política. O autor notou que, tanto em 2014, quanto em 2018, o interesse pela política aparece como fator decisivo para explicar a diferença entre os eleitores. Ao analisar dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) das ondas de 2014 e 2018 e utilizando regressão logística para examinar os efeitos das variáveis sexo, cor, idade, escolaridade, interesse por política e atitude em relação à democracia na disposição dos eleitores em comparecer às eleições o autor identifica que o interesse pela política e a atitude em relação à democracia são fortemente associados à probabilidade de comparecer às eleições, destacando o primeiro como um fator decisivo na disposição dos eleitores em votar. Além disso, o autor observa que, apesar de algumas diferenças sociodemográficas, o principal fator associado à propensão a comparecer às eleições é o interesse por política, superando outros atributos sociológicos e estruturais como idade, sexo, renda e escolaridade. A disposição dos eleitores para comparecer às eleições varia de forma gradual e ordenada conforme o interesse político. Aqueles com pouco ou nenhum interesse apresentam cerca de 30% de disposição, enquanto os muito interessados chegam a cerca de 80%. Além disso, entre os eleitores que consideram a democracia a melhor forma de governo, a disposição para comparecer é maior em comparação com aqueles que não têm essa visão democrática.

Turgeon e Blais (2023) confirmam que o voto obrigatório é um forte arranjo institucional no cenário brasileiro e que promove uma maior participação eleitoral geral dos eleitores no país. A pesquisa analisou 10 anos de eleições, de 2008 até 2018 e concluiu que o efeito da norma da obrigatoriedade, no Brasil, é subestimado, uma vez que demonstra que os efeitos do voto obrigatório é muito mais forte do que inicialmente se acreditava, se configurando como um arranjo institucional forte que promove uma maior participação eleitoral, mesmo em um país que aplica penalidades brandas e possui uma fraca aplicação da lei (Singh, 2011).

Da Silva (2020), em suas análises, também trata acerca da temática da participação eleitoral em contextos hipotéticos, nos quais o voto seria facultativo no Brasil e na Argentina. Em seu trabalho, o autor discute se a ideologia poderia ser um fator determinante na participação eleitoral individual. No entanto, em determinados contextos, de abolição da obrigatoriedade a participação individual assume um caráter multidimensional, ou seja, se trata de um fenômeno que deve ser analisado e interpretado por diversas e variadas lentes.

Oprea et. al (2024) argumentar que o voto compulsório pode melhorar a democracia ao reduzir a polarização política. Ao invés de se basear em reivindicações normativas contestadas sobre o dever moral de votar ou sobre a legitimidade democrática conferida por uma alta participação eleitoral, os autores propõem que o voto obrigatório pode empurrar as plataformas partidárias em direção às preferências do eleitor mediano, diminuindo assim a polarização partidária, uma vez que a maior parte dos cidadãos teriam que participar dos pleitos. Dessa forma, em cenários nos quais o voto é facultativo haveria uma maior propensão das plataformas partidárias e eleitorais se inclinarem a temas controversos, se aproximando de eleitores mais extremos uma vez que em sistemas de votação voluntária, os cidadãos podem decidir se abster de votar caso nenhum partido estiver suficientemente próximo de suas preferências, contribuindo assim para o processo de polarização política e eleitoral.

O objetivo deste capítulo não é adotar uma posição definitiva em relação à manutenção do voto obrigatório ou à introdução do voto facultativo no país. No entanto, a revisão da literatura e as análises empíricas realizadas nos permitem identificar alguns pontos que consideramos relevantes para serem considerados no debate e eventual tomada de decisão política sobre o assunto. O debate político e acadêmico sobre a escolha entre uma opção ou outra envolve uma variedade de argumentos, incluindo tanto aspectos normativos quanto pesquisas empíricas que buscam avaliar os efeitos da obrigatoriedade ou não do voto na participação eleitoral.

Nessa dissertação, um dos objetivos é testar se em cenários nos quais o eleitor não possui nenhuma coerção institucional para votar, a não ser sua própria vontade, as variáveis ligadas a ideologia e identificação partidária possuem efeitos mais significativos sobre a intensão de participação. A **H2**, que afirma que o efeito das variáveis de ideologia e partidarismo será ainda maior em contextos de voto facultativo, encontra respaldo na teoria da escolha racional e no modelo do voluntarismo cívico. O voto facultativo cria barreiras adicionais para a participação, mas, em contextos polarizados, essas barreiras podem ser superadas por incentivos ideológicos e pelo recrutamento em redes sociais e políticas. Assim, o papel do partidarismo e da ideologia é intensificado, tornando essas variáveis ainda mais determinantes para a participação eleitoral.

## **6 Desenho Metodológico: Estratégias de Pesquisa e Análise de Dados**

Para testar as hipóteses da pesquisa, 1) Contextos mais polarizados aumentam o efeito das variáveis ideológicas e partidárias sobre o desejo de participação eleitoral e 2) O efeito das variáveis de ideologia e partidarismo devem ser ainda maiores e mais impactantes no cenário de voto facultativo, utilizaremos o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

O ESEB, é uma onda de pesquisa pós-eleitoral realizada no Brasil com o apoio do Comparative Study of Electoral Systems (CSES) da Universidade de Michigan. O objetivo central do projeto é analisar as atitudes, opiniões e comportamento dos cidadãos brasileiros frente a diferentes temáticas relacionadas ao atual cenário da política do Brasil, dando ênfase principalmente em questões referente as atitudes dos cidadãos com relação a questões como: o distanciamento da política e dos políticos, atitudes e ascensão do populismo no país, desenvolvimento da democracia no Brasil – confiança nas instituições representativas, percepções dessas instituições, corrupção, políticas públicas, preferências por regimes políticos, entendimento da democracia e polarização eleitoral e ideológica do país. Para tanto, todas as rodadas do ESEB contam com a elaboração de uma ampla metodologia. As pesquisas em sua grande maioria são elaboradas cerca duas semanas após a conclusão dos pleitos dos determinados anos e contam com amostras de mais de 2000 entrevistas domiciliares realizadas com indivíduos de 16 anos ou mais em 172 municípios dos 27 Estados do país, sendo representativa da população eleitoral das cinco regiões do país, Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul.

A seleção das amostras se dá por três estágios: 1) Seleção probabilística por meio do método de Probabilidade Proporcional ao Tamanho (PPT), tendo como base o número de eleitores registrados. A amostra é estratificada por estados e em caso de houver regiões metropolitanas a divisão é feita entre interior e regiões metropolitanas; 2) Seleção de setores censitários baseados no PPT; 3) Seleção dos respondentes com base nas cotas de sexo, idade, grau de escolaridade, ramo de atividade e número de banheiros no domicílio. As cotas foram estabelecidas com base nos dados mais atualizados do IBGE (Censo 2010), PNAD (2016) e o TSE (2018). A amostragem possui margem de erro de aproximadamente de 2,2% e uma confiança de 95% e todas as pesquisas do ESEB são feitas “face a face” nos domicílios dos cidadãos.

O desenho da pesquisa segue a seguinte estratégia. Como o ESEB replica questões relacionadas à participação política, seja a participação retrospectiva (se o eleitor votou) ou hipotética (se o eleitor votaria se o voto não fosse obrigatório), e as perguntas relacionadas à ideologia e partidos (autoposicionamento ideológico, sentimentos partidários positivos, negativos, tolerância à grupos etc.), então é possível comparar longitudinalmente como essas variáveis se relacionam entre si.

De forma mais específica, foram construídos modelos de regressão que nos permitiam testar como que as variáveis ideológicas/partidárias (variáveis independentes) afetam a participação efetiva ou hipotética (variáveis dependentes), mantendo esse efeito constante sob outras variáveis explicativas da participação, como características demográficas, econômicas e de interesse (variáveis de controle).

Nossa variável dependente é a participação no 1º turno das eleições de cada ano. No ESEB a pergunta é feita da seguinte maneira: “o (a) sr. (a) votou no primeiro turno nesta eleição?”. Embora nas respostas originais o entrevistado pudesse dar algumas justificativas no caso de uma resposta negativa (por exemplo, não ter votado porque estava sem documento ou título de eleitor), optamos por codificar a variável de forma binária, sendo as opções apenas “participou” e “não participou”.

A Tabela 1 expõe os resultados obtidos no ESEB em comparação com os dados oficiais do TSE. Em termos gerais, observa-se uma tendência dos eleitores em declarar um número maior de votos do que efetivamente registrado. Entretanto, é importante notar que essa discrepância não é significativamente ampla.

**Tabela 1- Comparecimento eleitoral (%) segundo os entrevistados do ESEB e segundo dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.**

	<b>2010</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>	<b>2022</b>
Dados do ESEB	93,7%	90,5%	80,8 %	86,0 %
Dados do TSE	81,8%	80,6%	79,7 %	79,1 %

Fonte: Autores, com base em dados do ESEB e TSE

Em cenários no qual analisamos o cenário no qual hipoteticamente o voto fosse facultativo nossa variável dependente é a participação ou não nesse determinado contexto. No banco de dados do ESEB a pergunta feita é a seguinte: Nas eleições deste ano, se o voto NÃO fosse obrigatório o(a) Sr.(a) teria ido votar? Mais uma vez era permitido o entrevistado fornecer diversas justificativas para sua resposta, no entanto, mais uma vez decidiu-se por codificar a variável para uma abordagem binária, sendo as opções apenas “Participaria” e “Não participaria”. A tabela 2 evidencia a diferença entre os índices de participação concretos divulgados pelo TSE e os índices de participação facultativa desenhada pelo ESEB. A partir dos dados disponíveis para os anos de 2010, 2014 e 2018 observa-se uma diminuição geral considerável na intenção do brasileiro votar voluntariamente, o que não foi tão marcado assim nas eleições factuais entre 2010 e 2022, com diferenças praticamente inexistentes.

**Tabela 2- Comparcimento eleitoral facultativo segundo o ESEB e Participação efetiva segundo os dados oficiais do TSE (%)**

	2010	2014	2018	2022
Participação Facultativa	52,89%	47,6%	41,1%	N/A
Participação Efetiva	81,8%	80,6%	79,7%	79,1%

Fonte: Autores, com base em dados do ESEB e TSE

A variável dependente principal da pesquisa é o autopoicionamento ideológico. A pergunta original do ESEB é formulada da seguinte maneira: 'Na política, as pessoas falam muito de esquerda e de direita. Em uma escala onde 0 significa esquerda e 10 significa direita, como o Sr./Sra. se considera?'. Além das respostas de 0 a 10, o entrevistador deveria registrar se o entrevistado, de forma espontânea, expressasse não saber o que é direita ou esquerda, ou não soubesse se posicionar no espectro ideológico.

Optamos por categorizar como eleitores de esquerda aqueles que se posicionaram entre 0 e 2 na escala; como de direita aqueles que se situaram entre 8 e 10; e como de centro aqueles que indicaram uma posição entre 3 e 7. Além disso, introduzimos uma categoria específica para aqueles que não sabiam o que era esquerda/direita. Essa categorização segue um padrão amplamente utilizado na literatura, sendo adotada em diferentes trabalhos, como os de Singer (2002), Fuks e Marques (2021), que também utilizam essa escala para classificar a posição ideológica dos eleitores. Dessa forma, nossa escolha metodológica não é arbitrária, mas fundamentada em abordagens consolidadas no campo. O uso de uma escala para medir autopoicionamento ideológico exige um esforço conceitual significativo para garantir que os resultados sejam válidos e confiáveis (Adcock e Collier, 2001). No caso da ideologia, esse esforço se torna ainda mais desafiador, pois o termo abrange uma multiplicidade de significados em diferentes tradições intelectuais. Como argumentam Jost et al. (2009), a ideologia pode ser definida como um sistema estruturado de crenças políticas que orienta as atitudes e comportamentos de indivíduos e grupos, mas não há consenso pleno na literatura sobre sua delimitação.

Nesta pesquisa, a definição de ideologia utilizada parte de Carmines e D'Amico (2015), que a entendem como um sistema de crenças compartilhado que organiza a percepção dos indivíduos sobre o mundo político. Segundo essa perspectiva, a ideologia cumpre funções cognitivas e normativas, ao mesmo tempo em que orienta as preferências políticas e as atitudes em relação a temas como direitos sociais, econômicos e culturais. Assim, ideologia não é vista apenas como um conjunto de posições sobre questões isoladas, mas como uma estrutura de crenças interdependentes que fornece aos indivíduos uma interpretação

abrangente da política e uma visão de como a sociedade deve ser organizada.

A tabela 3 apresenta o auto posicionamento ideológico dos eleitores nos anos de 2010, 2014, 2018 e 2022. Observou-se um aumento no número de eleitores à esquerda em 2018 e em 2022. Já os que se posicionam à direita experimentam um crescimento, apresentando um pico em 2022. Paralelamente, há uma diminuição constante no grupo de eleitores ao centro ao longo do período, assim como também daqueles que não sabem o que é esquerda/direita, sugerindo que a crescente polarização política no Brasil levou os eleitores a se identificarem mais claramente com ideias à esquerda ou à direita. Em momentos de maior saliência política, principalmente quando o debate político se apresenta ao cidadão comum em termos mais ideológicos, os eleitores tendem a ter uma compreensão ideologicamente mais estruturada da política (Nie e Andersen 1974). Além disso, quando as elites políticas enfatizam diferenças ideológicas em seus discursos e ações, promovendo a polarização no espectro político, os eleitores tendem a se posicionar ideologicamente de forma mais clara. Esse processo facilita a compreensão das distinções entre os partidos e pode influenciar o comportamento eleitoral, levando a escolhas alinhadas a preferências ideológicas (Lachat, 2008; Levendusky, 2010; Dalton, 2011; Zechmeister e Corral, 2013; Singer, 2016).

**Tabela 3- Auto posicionamento ideológico dos eleitores.**

	<b>2010</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>	<b>2022</b>
Posiciona-se à esquerda	7,90%	7,10%	12,80%	18,70%
Posiciona-se ao centro	23,10%	38,80%	28,20%	23,80%
Posiciona-se à direita	24,90%	26,50%	40,10%	43,20%
Não sabe o que é esquerda/direita	43,90%	27,50%	18,60%	14,10%

Fonte: autores com base no ESEB

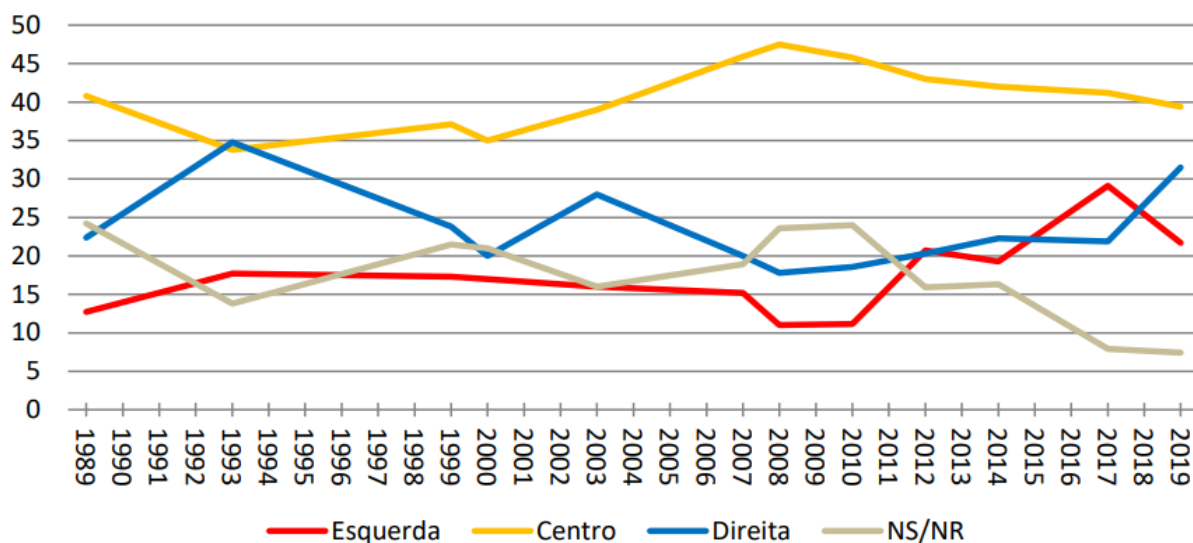
Para demais variáveis de controle dos modelos, utilizamos: o antipetismo, criado a partir da nota mínima de uma escala de gosto e desgosto em relação ao Partido dos Trabalhadores; o sexo (homem); a faixa etária; escolaridade (ensino superior); interesse por política e faixa de renda familiar, religião. Todas as variáveis e categorias foram criadas da mesma maneira para o ESEB 2010, 2014, 2018 e 2022, permitindo sua comparação.

## **7 Ideologia, Polarização e Mobilização Eleitoral: Primeiros Achados**

Algumas pesquisas apontam que as associações entre ideologia e voto tendem a ser tênues em geral, exceto em grupos mais escolarizados (Carreirão, 2000; 2002; 2007). Além disso, indicam também que essa relação tem diminuído desde o início do primeiro mandato

de Lula (Carreirão, 2007; Bonifácio; Casalecchi; Sandes-Freitas, 2014), e que a ligação entre ideologia e filiação partidária também é fraca e está em declínio (Ribeiro; Carreirão; Borba, 2011). No entanto, alguns estudos mais otimistas sugerem que a ideologia e partidarismo sejam relevante para os eleitores brasileiros (Singer, 2000; Silva, 2019; Izumi, 2019). Como demonstra a imagem 2, Fuks e Marques (2020) constataram que há um aumento significativo no grau de identificação ideológica dos brasileiros. De acordo com sua pesquisa, os brasileiros estão se posicionando de forma mais definida na escala ideológica, especialmente no espectro político da direita. Além disso, se percebeu uma maior correlação entre ideologia e partidarismo e entre ideologia e voto, do que apresentaram a maior parte do tempo desde 1989, invertendo a tendência de declínio do efeito da ideologia sobre o comportamento político identificada por Carreirão (2007).

**Imagem 1- Auto localização Ideológica dos brasileiros 1989 – 2019**



Fonte: Fuks e Marques, 2020

Nesse sentido, esperava-se como as hipóteses sugeriam que quanto mais polarizada a eleição, maior o efeito do posicionamento ideológico sobre o comparecimento. Em outras palavras, se esperava que a polarização tivesse um efeito “mobilizador”, mas não entre todos os eleitores, mas, sim e especialmente, entre os mais ideológicos nos dois diferentes cenários propostos, tanto nas eleições obrigatórias como nas eleições onde o voto hipoteticamente fosse facultativo.

### **7.1 Voto Obrigatório, Polarização e Participação: Entre a Mobilização e a Coerção Eleitoral**

A norma do voto obrigatório no Brasil é um aspecto fundamental do sistema

democrático do país, possuindo um efeito significativo. Ao exigir que todos os cidadãos aptos a votar exerçam seu direito nas eleições, essa medida tem o potencial de equalizar os índices de participação eleitoral, especialmente em regiões ou grupos socioeconômicos onde a participação pode ser historicamente mais baixa (Pradella, 2023). Outro aspecto importante é a redução das desigualdades de representação. Em sociedades onde a participação eleitoral é voluntária, é comum que certos grupos, como os mais pobres ou menos educados, tenham taxas de comparecimento às urnas significativamente mais baixas do que outros. Isso pode levar a distorções na representação política, onde os interesses e preocupações desses grupos são sub-representados. O voto obrigatório ajuda a minimizar, dessa forma, essas discrepâncias, garantindo que todos os segmentos da sociedade tenham a oportunidade de influenciar o processo político (Aguiar 2018).

Nesse sentido, como indicou anteriormente a tabela 1, com dados tanto do TSE, quanto dos ESEB, no Brasil sob vigência da norma da obrigatoriedade os índices de participação geral do eleitorado sempre se apresentaram de maneira satisfatória. Dessa forma, algumas variáveis sociológicas clássicas e estruturais, que em grande medida foram enfatizadas pela literatura sobre a desigualdade eleitoral, não se confirmam para o cenário Brasileiro, seja ele polarizado ou não. Ao sairmos das análises gerais que observam os macros dados e passarmos para observação dos micros dados, podemos identificar na tabela 4 uma diferença praticamente nula ou estatisticamente pouco significativa entre os índices de participação dos diferentes gêneros na série histórica.

**Tabela 4- Participação de homens e mulheres**

Participação no Primeiro turno das eleições				
(sexo)	2010	2014	2018	2022
Homens	93,80%	89,50%	81,60%	85,90%
Mulheres	93,50%	91,40%	79,80%	85,90%

Fonte: Autores com base no ESEB

A literatura sociológica sobre o tema há muito tempo identificou uma forte correlação entre o nível de escolaridade e a propensão ao voto, sugerindo que os indivíduos com maior grau de instrução tendem a participar mais ativamente do processo eleitoral. Da mesma forma, a renda tem sido consistentemente associada à participação política, com aqueles em faixas de renda mais altas tendo maior probabilidade de comparecer às urnas em comparação com seus pares de renda mais baixa. Ao longo da análise das quatro eleições,

essas não foram variáveis que diretamente impactaram na predisposição do eleitor votar, com diferenças pouco estatisticamente relevantes como demonstram a seguir, independente se a eleição foi polarizada ou não.

**Tabela 5– Participação por renda ao longo dos anos**

Diferença na participação ao longo dos anos (Renda)	2010	2014	2018	2022
Até 1 SM	95,70%	90%	81,70%	84,10%
Até 2 SM	92,70%	89,20%	80,20%	83%
Até 5 SM	92,50%	90,80%	80,90%	86,30%
Até 10 SM	95,50%	91,70%	81,80%	87,70%
Até 15 SM	98%	89,30%	82,70%	88,80%

Fonte: Autores, com base em dados do ESEB

Assim como no caso da diferença de participação com base na renda não apresentou diferenças estatisticamente significativas, as diferenças quanto a escolaridade apresentou um comportamento parecido.

**Tabela 6– Participação por escolaridade ao longo dos anos**

Diferença na participação ao longo dos anos (Escolaridade)	2010	2014	2018	2022
Ensino Superior	95,20%	94,10%	83,50%	89,60%
S/ Ensino Superior	93,60%	90,10%	80,40%	84,80%

Fonte: Autores, com base em dados do ESEB

Uma vez mais, a norma do voto obrigatório se mostra impactante para minimizar essas supostas diferenças. Ao exigir a participação geral, independentemente de sua escolaridade, renda, idade ou afiliação religiosa, o sistema de voto obrigatório contribui para atenuar os desequilíbrios estruturais.

Ao examinar a variável ligada à ideologia, uma constatação similar emerge. Em teoria, a ideologia política de um indivíduo deveria influenciar sua participação eleitoral, já que suas crenças e valores moldam suas preferências políticas e, por conseguinte, sua motivação para votar, ainda mais em cenários nos quais diferenças de preferências políticas se apresentam de maneiras tão pronunciadas. No entanto, nossos resultados sugerem que, na prática, que a influência da ideologia na participação eleitoral pode ser menos aguda do que

se imaginava, pelo menos em contextos de voto obrigatório. Em um olhar inicial consta-se que ser de esquerda, ser de direita, ou ser de centro não possui impacto na decisão do eleitor de participar ou não, mesmo nos pleitos nos quais há a polarização política se faz presente, como em 2018, por exemplo. Neste ano a diferença entre os grupos não se mostrou significativa e chegou apenas a índices menores do que 3%. Porém, se olharmos para os dados em 2022 os dados indicam que a correlação entre o alinhamento ideológico e a participação nas eleições foi observada durante o pleito, com particular destaque para os eleitores identificados como pertencentes à esfera política de esquerda, isto é, ser de esquerda aumentou a chance de participação significativamente, 8% a mais se comparado aos indivíduos de centro e quase 5% a mais que os eleitores de direita, como se pode observar a seguir.

**Tabela 7– Participação ideológica**

Diferença na participação ao longo dos anos (Ideologia)	2010	2014	2018	2022
Centro		92,20%	82,40%	84,30%
Esquerda		90,17%	84,50%	91,80%
Direita		92,11%	83,30%	87,40%

Fonte: Autores, com base em dados do ESEB

A interpretação de tabelas estatísticas é uma prática comum na análise de dados, mas devemos estar cientes de que uma análise meramente descritiva pode nos levar a conclusões equivocadas.

Isso ocorre porque a simples observação de associações entre variáveis não implica necessariamente uma relação causal ou uma compreensão completa do fenômeno em estudo. Para evitar interpretações espúrias, é fundamental recorrer a métodos mais sofisticados, como a análise de regressão. Existem várias razões pelas quais a análise descritiva pode ser insuficiente. Primeiramente, é importante reconhecer que correlação não implica causalidade. A mera observação de uma associação entre variáveis em uma tabela não é suficiente para estabelecer uma relação de causa e efeito. Além disso, a análise descritiva muitas vezes falha em considerar todas as variáveis relevantes que podem influenciar o fenômeno em estudo, o que pode levar a conclusões simplistas ou enganosas.

Outro problema comum é a omissão de variáveis importantes. A análise descritiva pode não levar em consideração todas as variáveis que podem estar relacionadas ao fenômeno

em estudo, o que pode distorcer as conclusões. Além disso, pode haver confusão de efeitos, onde uma associação aparente entre duas variáveis é explicada na verdade por uma terceira variável não considerada.

A análise de regressão oferece uma abordagem mais robusta para lidar com esses desafios. Ela permite controlar variáveis de confusão, modelar relações não lineares entre variáveis e estimar efeitos quantitativos. Ao incorporar múltiplas variáveis independentes simultaneamente, a análise de regressão captura melhor a complexidade do fenômeno em estudo e fornece interpretações mais precisas dos dados (FIGUEIREDO FILHO et al, 2011).

Os resultados da regressão estão resumidos na Tabela 8, apresentando sobre os preditores do comparecimento eleitoral em 2014, 2018 e 2022. A análise destaca a relação entre as variáveis ideológicas e demográficas e a probabilidade de participação no voto obrigatório, contribuindo para avaliar a hipótese de que contextos mais polarizados aumentam o efeito das variáveis ideológicas e partidárias sobre o desejo de participação eleitoral (**H1**). O primeiro ponto que merece destaque é que, nas eleições de 2014 e 2018, não identificamos qualquer efeito entre o autoposicionamento ideológico e a participação eleitoral. Nestes pleitos, posicionar-se à direita ou à esquerda em relação ao centro não demonstrou influência significativa na decisão de comparecer às urnas. Em contrapartida, nas eleições de 2022, o eleitor de esquerda apresenta 1,8 vezes mais chances de ter comparecido às eleições em relação ao eleitor de centro. No entanto, não se observa diferença estatisticamente significativa entre ser de direita e centro para explicar a participação.

**Tabela 8- Preditores do comparecimento eleitoral**

	Eleições de 2014	Eleições de 2018	Eleições de 2022
Posição ideológica de centro	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Posição ideológica de esquerda	0,775 (0,243)	1,100 (0,216)	<b>1,892***</b> <b>(0,460)</b>
Posição ideológica de direita	1,011 (0,214)	1,019 (0,147)	1,196 (0,219)
Não sabe o que é esquerda/direita	<b>0,703*</b> <b>(0,144)</b>	<b>0,499***</b> <b>(0,827)</b>	<b>0,560***</b> <b>(0,121)</b>
Antipetista	0,845 (0,165)	0,977 (0,118)	1,182 (0,201)
Homem	<b>0,756*</b> <b>(0,126)</b>	<b>0,739**</b> <b>(0,086)</b>	0,844 (0,123)
De 16 a 24 anos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
De 25 a 40 anos	0,785 (0,203)	1,242 (0,199)	1,162 (0,238)
De 41a 60 anos	0,909 (0,243)	<b>1,860***</b> <b>(0,309)</b>	<b>1,618**</b> <b>(0,343)</b>
61 anos ou mais	<b>0,514**</b> <b>(0,149)</b>	1,155 (0,227)	1,199 (0,295)

Ensino Superior	1,355 (0,463)	1,047 (0,213)	<b>1,682**</b> <b>(0,440)</b>
Interessado em política	<b>1,699***</b> <b>(0,333)</b>	<b>1,702***</b> <b>(0,235)</b>	<b>1,405**</b> <b>(0,221)</b>
Até 1 Salários-mínimos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
De 1 a 2 Salários-mínimos	0,880 (0,248)	1,006 (0,158)	0,932 (0,181)
De 3 a 4 Salários-mínimos	0,921 (0,247)	0,971 (0,152)	1,248 (0,274)
5 ou mais Salários-mínimos	0,969 (0,335)	0,898 (0,200)	1,227 (0,255)
Número de observações	1985	2133	1724

Coefficientes em razões de chances, com erro padrão entre parênteses

\* p-valor < 0,10; \*\* p-valor < 0,05 e \*\*\* p-valor < 0,01

Fonte: Autores, a partir dos dados do ESEB, 2014, 2018 e 2022

A escala direita-esquerda tem sido tradicionalmente considerada como um importante determinante na escolha do eleitorado em diversos contextos políticos. No entanto, no Brasil, estudos recentes indicam que a associação entre a escala direita-esquerda e o voto para presidente não é tão evidente como se supunha. Esse resultado sugere que a o posicionamento ideológico esteve associada ao comparecimento eleitoral somente em 2022, e mais especificamente entre os eleitores de esquerda. Por um lado, como esperado, a ideologia exerce efeito na eleição mais polarizada que vivenciamos, a de 2022. No entanto, pesquisas anteriores já indicavam um processo de polarização em 2018. Nesse sentido, esperávamos encontrar efeitos também nessa eleição, o que não se materializou. Ademais, o efeito foi limitado a um dos lados do espectro ideológico, ao passo que esperávamos que ocorresse em ambos.

Oferecer uma explicação para esses resultados é desafiador, uma vez que nossa hipótese não foi confirmada ou o foi apenas parcialmente. Nesse sentido Pereira (2020) indica que maioria dos estudos sobre o voto no Brasil converge no diagnóstico de que a escala direita-esquerda não está fortemente associada à escolha do eleitorado. Os resultados demonstrados apontam que a associação estatística entre ideologia e voto é baixa de modo geral e apenas alta em um grupo reduzido de pessoas politicamente mais sofisticadas. A elevada proporção de eleitores que não sabem se posicionar na escala ou a utilizam de forma inconsistente reflete essa dificuldade. A natureza pragmática do sistema político brasileiro, caracterizado por coalizões amplas e partidos com identidades pouco claras, contribui para a diluição do impacto da ideologia no comportamento eleitoral. Mesmo em 2018, uma eleição marcada por intenso antagonismo ideológico, os resultados não indicaram um efeito consistente da escala esquerda-direita sobre o comparecimento, o que reforça a hipótese de que outros fatores, como sentimentos antipartidários ou características individuais, podem ser mais influentes. Além disso, a pesquisa aponta que uma parcela significativa do eleitorado

brasileiro não ordena corretamente os estímulos no espaço direita-esquerda, o que pode distorcer as análises e levar a resultados artificiais e inválidos. A correção automática desses erros de ordenamento pode influenciar os resultados encontrados, tornando a associação entre a escala direita-esquerda e o voto menos clara. Dessa forma pode-se notar que a clivagem direita-esquerda não tem um impacto causal evidente no voto para presidente no Brasil, pelo menos até 2022.

O estudo “*Affective Polarization and Habits of Political Participation*”, de Joseph B. Phillips (2024), contribui para uma compreensão mais complexa da relação entre polarização afetiva e participação política. Ao investigar se a polarização afetiva mobiliza novos eleitores ou apenas reforça hábitos de participação entre os já engajados, Phillips conclui que, embora a polarização aumente a probabilidade de participação, ela o faz quase exclusivamente entre aqueles que já possuem um histórico de envolvimento político. Em outras palavras, a polarização afetiva tende a sustentar hábitos existentes de participação, ao invés de criar novas mobilizações. A pesquisa utiliza dados do *American National Election Study* (ANES) e modelos estatísticos robustos para demonstrar que a polarização está fortemente vinculada ao engajamento contínuo dos eleitores mais politizados e não afeta significativamente aqueles que nunca participaram do processo político.

Um dos principais achados é a diferença entre o "calor" em relação ao próprio grupo partidário (*in-party warmth*) e o desprezo ao grupo adversário (*out-party dislike*). Contrariando a visão de que a polarização é movida principalmente pela aversão ao adversário, Phillips demonstra que o fator mais motivador para a participação é o sentimento positivo em relação ao próprio grupo partidário. Esse resultado desafia parte do discurso sobre os efeitos destrutivos da polarização afetiva, sugerindo que ela pode reforçar laços identitários positivos, mesmo que ainda agrave a exclusão de eleitores menos engajados. Como discutido anteriormente, a escala esquerda-direita não apresentou um impacto claro e consistente no comportamento eleitoral brasileiro ao longo dos anos, com exceção da eleição de 2022, no qual os eleitores de esquerda demonstraram uma mobilização significativa. A polarização afetiva, entendida como o antagonismo emocional entre grupos políticos, pode ser um fator explicativo para essa dinâmica. Assim como no estudo de Phillips, no Brasil, os eleitores mais engajados ideologicamente — e que, portanto, já possuem hábitos de participação política mais consolidados — são os que tendem a ser mobilizados em contextos de intensa polarização. Entretanto, a ausência de um efeito significativo para os eleitores de direita em 2022 e em eleições anteriores, como 2018, sugere que o processo de mobilização ideológica no Brasil ainda é marcado por fatores contextuais e reativos.

O trabalho de Russo, Pimentel Jr. e Avelino (2022) oferece uma possível explicação para o fato de que a ideologia de direita não tenha apresentado um efeito claro sobre o

comparecimento eleitoral em 2022. Embora a polarização tenha sido particularmente intensa nesse ano, com um claro antagonismo entre os candidatos de esquerda (Lula) e de direita (Bolsonaro), os eleitores identificados com a direita não exibiram um aumento significativo na probabilidade de participação, ao contrário dos eleitores de esquerda. A pesquisa de Russo et al. sugere que, mais do que uma mudança ideológica genuína, a polarização acentuada em 2018 e 2022 pode ter levado a um reposicionamento ideológico reativo, impulsionado pela presença de Bolsonaro como figura central do debate político.

Segundo Russo et al., o simples conhecimento sobre a posição ideológica de Bolsonaro no espectro esquerdo-direita levou muitos eleitores a se reposicionarem ideologicamente, alinhando-se mais fortemente à direita ou à esquerda, dependendo de sua predisposição. Isso indica que a polarização no Brasil, especialmente em 2018 e 2022, não necessariamente gerou uma adesão consciente e robusta à ideologia de direita, mas sim uma mobilização reativa frente ao adversário político, neste caso, o PT e Lula. Essa mobilização reativa, em vez de ser motivada por uma convicção ideológica profunda, refletiu um movimento defensivo ou de identidade partidária, no qual os eleitores não apenas apoiaram Bolsonaro, mas o fizeram em oposição ao PT.

Esse fenômeno pode explicar a ausência de um efeito significativo da ideologia de direita sobre o comparecimento eleitoral em 2022. A mobilização eleitoral foi impulsionada mais pela rejeição a um candidato (Lula) do que pela adesão ideológica ao outro (Bolsonaro) e vice-versa. Em outras palavras, o fator motivador para os eleitores de direita foi mais a luta contra a vitória do adversário do que um compromisso genuíno com uma agenda conservadora ou de direita. Esse padrão reflete a teoria da polarização afetiva, que sugere que o engajamento político em contextos altamente polarizados muitas vezes decorre mais da aversão ao adversário do que da adesão a uma ideologia (Iyengar et al., 2012), destacando uma "dimensão sombria" da participação política, que desafia a visão normativa de que a participação é sempre benéfica. Uma vez que, em contextos de polarização afetiva intensa, a participação pode ser menos motivada por objetivos cívicos e mais por animosidade (Lee, Ahn, 2023)

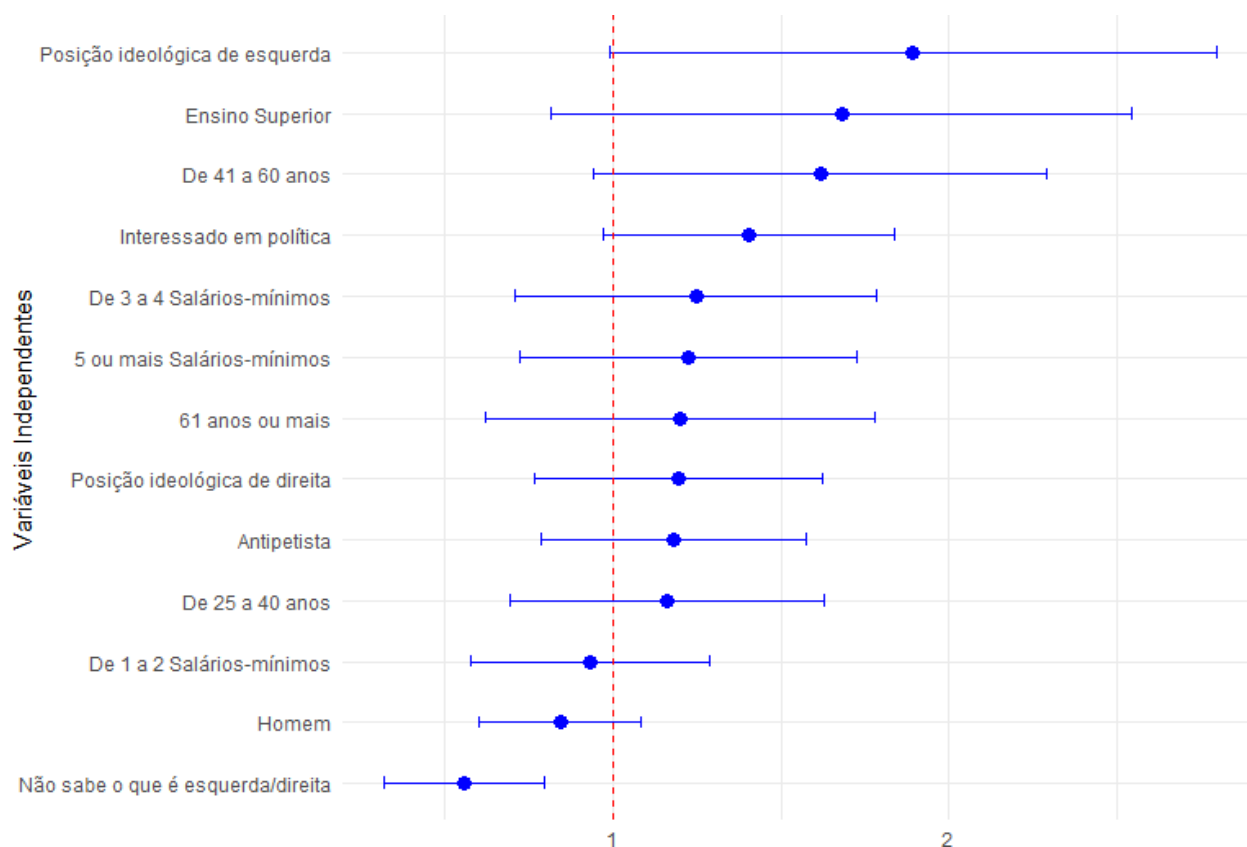
Por outro lado, ao considerarmos o cenário do voto facultativo, é esperado que as nuances na interpretação dos dados se tornem mais evidentes. Em sistemas onde o voto não é compulsório, a participação eleitoral é mais influenciada pela motivação intrínseca dos eleitores e pela percepção individual da relevância do processo eleitoral. Nesse sentido, acreditamos que as variáveis de ideologia e partidatismo podem desempenhar um papel ainda mais significativo na determinação do comportamento eleitoral. Eleitores que se identificam fortemente com uma ideologia política ou estão alinhados a um partido específico podem estar mais propensos a participar ativamente das eleições, visto que veem o processo como

uma oportunidade de promover suas crenças e valores políticos.

Para aprofundar a análise dos preditores do comparecimento eleitoral apresentados na Tabela 8, optamos por incorporar a abordagem dos efeitos marginais, uma ferramenta que complementa a interpretação dos resultados da regressão logística. Embora os coeficientes das regressões já indiquem a direção e a magnitude relativa das associações entre variáveis independentes e a probabilidade de participação eleitoral, o uso de efeitos marginais é especialmente relevante para fornecer uma interpretação direta e quantitativa de como alterações em uma variável explicativa específica afetam a probabilidade de participação eleitoral, enquanto todas as outras variáveis são mantidas constantes. Além disso, os efeitos marginais permitem uma análise de heterogeneidade, ajudando a identificar como determinadas variáveis interagem com o comportamento eleitoral em diferentes cenários temporais, contextuais e políticos. Essa perspectiva é particularmente importante no contexto brasileiro, onde as dinâmicas eleitorais são influenciadas tanto por fatores socioeconômico, institucionais, como o voto obrigatório, quanto também por aspectos conjunturais, como a polarização política.

Os resultados do gráfico 6 apresenta os efeitos marginais gerados a partir do modelo de regressão logística oferecem uma visão detalhada sobre o impacto das variáveis ideológicas no comparecimento eleitoral, particularmente em contextos de intensa polarização política.

**Gráfico 6– determinantes do comparecimento eleitoral de 2022**



fonte: elaboração própria, com base no ESEB 2022

A análise continua demonstrando que a ideologia desempenha um papel distinto entre os eleitores identificados com a esquerda, a direita e aqueles que não possuem clareza ideológica, destacando nuances importantes no comportamento eleitoral em 2022. Os eleitores de esquerda apresentaram um aumento na probabilidade de comparecimento às urnas em comparação com o grupo de referência (centro). Esse achado reforça a hipótese de que contextos altamente polarizados, como o de 2022, favorecem a mobilização de grupos com identidades ideológicas claras.

Por outro lado, a ideologia de direita apresentou um impacto estatisticamente insignificante na probabilidade de comparecimento. Esse resultado aponta para uma assimetria na mobilização eleitoral entre os dois polos ideológicos, sugerindo que os eleitores de direita não foram mobilizados com a mesma intensidade que os de esquerda. Isso pode ser explicado pela dinâmica da polarização brasileira, onde a figura de Jair Bolsonaro, enquanto líder da direita, mobiliza mais pela rejeição ao adversário político (no caso, o PT e Lula) do que por uma adesão ideológica robusta (Russo, Pimentel Jr. e Avelino, 2022).

Assim, a participação de eleitores de direita parece ser menos impulsionada por uma convicção ideológica e mais por fatores contextuais e reativos, refletindo o caráter fragmentado e pragmático do sistema político brasileiro.

O impacto negativo significativo entre os eleitores que não sabem se posicionar ideologicamente destaca outro aspecto relevante do comportamento eleitoral no Brasil. Este

grupo, que frequentemente não compreende ou utiliza a escala ideológica de forma consistente, apresenta taxas de participação muito mais baixas, reforçando a ideia de que a alienação eleitoral possivelmente está intimamente ligada à desinformação política e à ausência de identidades políticas claras (Pereira, 2020). Essa dificuldade de mobilização de eleitores desinformados é consistente com o modelo do voluntarismo cívico, que associa a participação política à posse de recursos e habilidades cívicas, como o conhecimento político (Verba, Schlozman e Brady, 1995).

Ao conectar esses achados aos debates teóricos, observa-se uma confirmação parcial da hipótese H1, que sugere que contextos mais polarizados aumentam o efeito das variáveis ideológicas sobre o desejo de participação eleitoral. Embora os resultados mostrem uma mobilização significativa entre os eleitores de esquerda em 2022, a ausência de efeitos claros para os eleitores de direita indica que a polarização não afeta ambos os lados do espectro ideológico de forma simétrica. Esse padrão também reflete a complexidade do comportamento eleitoral brasileiro, onde a fragmentação partidária, a desconfiança institucional e o pragmatismo político diluem o impacto da ideologia em grande parte do eleitorado. Além disso, os efeitos marginais destacam a importância de considerar variáveis contextuais e atitudinais ao estudar a participação eleitoral. Os resultados indicam que o interesse político é uma das variáveis mais robustas no estímulo à participação eleitoral, especialmente em contextos de polarização intensa, como em 2022. Eleitores que demonstraram maior interesse em política apresentaram uma probabilidade significativamente superior de comparecer às urnas. Esse achado destaca o papel do interesse político como um recurso individual fundamental para a participação.

Em eleições como a de 2022, marcadas por um intenso antagonismo entre os pólos distintos, o interesse político funciona como um catalisador, amplificando o impacto de variáveis ideológicas na participação (Verba, Schlozman e Brady, 1995). A análise dos efeitos marginais complementa a interpretação dos dados demonstrando as nuances fundamentais sobre os mecanismos que impulsionam ou desmotivam a participação eleitoral em contextos polarizados. O interesse político continua aparecendo como uma força mobilizadora central, enquanto a desinformação ideológica se consolida ao operar como um obstáculo significativo à participação.

## **7.2 Voto facultativo, Polarização e Participação**

Em cenários de voto facultativo, a participação eleitoral tende a ser sensivelmente diferente daquela observada em sistemas de voto obrigatório. A ausência de uma obrigação legal para votar pode reduzir a motivação intrínseca de muitos eleitores, principalmente aqueles menos envolvidos politicamente, como indicam Nicolau (2022) e Pradella (2023),

que argumentam que a obrigatoriedade do voto no Brasil tem um efeito direto sobre a alta taxa de comparecimento nas eleições. Sem esse impulso legal, muitos eleitores podem se sentir menos inclinados a exercer seu direito de voto, especialmente se não possuem um interesse forte ou uma percepção clara de como sua escolha impacta o resultado.

No entanto, como será argumentado nesta seção, acreditamos que em um cenário de voto facultativo, variáveis como ideologia e partidarismo podem exercer uma influência ainda mais substancial sobre a disposição de participar do processo eleitoral. A hipótese **H2**, que afirma que "o efeito das variáveis de ideologia e partidarismo deve ser ainda maior e mais impactante no cenário de voto facultativo", será testada levando em consideração o comportamento eleitoral em diferentes eleições, com foco na análise das diferenças nas variáveis que estimulam a participação ao longo da série histórica.

A análise da Tabela 2, que compara os dados de participação eleitoral efetiva e facultativa, revela um padrão interessante: em todas as eleições observadas, a participação seria consideravelmente menor em um sistema de voto facultativo. Isso é particularmente evidente quando comparamos as taxas de participação real com as taxas de participação hipotéticas (caso o voto não fosse obrigatório). Esse contraste não apenas reforça a importância da obrigatoriedade do voto, mas também levanta questões importantes sobre o impacto das variáveis ideológicas e partidárias sobre o comportamento eleitoral quando os eleitores não são compulsoriamente convocados a participar.

Para testar a H2, a análise se concentrará nas variações das variáveis ideológicas e partidárias ao longo do tempo, observando como essas variáveis influenciam o comportamento de voto nas eleições de 2010, 2014 e 2018, no cenário hipotético de voto facultativo. A hipótese sugere que, em um cenário facultativo, as variáveis de ideologia e partidarismo terão um efeito amplificado, já que eleitores ideologicamente comprometidos, que consideram o voto uma oportunidade de expressar suas preferências políticas, estarão mais motivados a participar. Esses achados dialogam diretamente com o debate da literatura clássica sobre o comportamento eleitoral, particularmente as teorias da Escola de Michigan, que enfatizam o papel das predisposições partidárias e ideológicas na decisão de votar. Segundo a Escola de Michigan (Campbell et al., 1960), o comportamento eleitoral é amplamente condicionado pela identificação partidária, que, em um cenário de voto facultativo, pode ser um fator crucial para motivar o comparecimento, já que eleitores fortemente alinhados ideologicamente têm mais propensão a participar ativamente do processo eleitoral (Levendusky, 2010; Zechmeister e Corral, 2013).

Diferentemente do apresentado em cenários de voto obrigatório, nos quais as diferenças sociológicas eram minimizadas pela força da norma, em cenário sem a regra as diferenças sociais estruturais são perpetuadas e reproduzidas também no campo eleitoral.

Como demonstra a tabela 9 em todos os anos, ser homem impacta diretamente a predisposição ao voto, não importando se a eleição é polarizada ou não, as diferenças se mantêm sempre próximas a 10%.

**Tabela 9- Participação por sexo ao longo dos anos**

Participação por sexo ao longo dos anos	2010	2014	2018
Homens	58%	50,80%	46,30%
Mulheres	48,10%	44,60%	36,40%

Fonte: Autores, com base em dados do ESEB

Um comportamento parecido pode ser observado quando olhamos para a variável da renda na tabela 10. De forma geral, indivíduos que pertencem aos estratos sociais mais elevados e conseqüentemente com renda familiar maior tende a estarem mais predispostos a participarem dos pleitos do que aqueles menos favorecidos economicamente em todos os três cenários observados, mais uma vez não importando se a eleição é polarizada ou não, uma vez que há um certo padrão nas diferenças observadas em 2010, 2014 e 2018, reforçando que uma eventual eliminação da obrigatoriedade do voto poderia amplificar as disparidades na participação eleitoral entre os diversos estratos da população, beneficiando sobretudo os segmentos mais privilegiados.

**Tabela 10- Participação por renda ao longo dos anos**

Participação por renda ao longo dos anos	2010	2014	2018
Até 1 SM	55,6%	44,1%	36,2%
Até 2 SM	49,1%	42,9%	38,9%
Até 5 SM	51,7%	48%	42,2%
Até 10 SM	55,6%	59,7%	59,1%
Até 15 SM	70,6%	53,4%	53,3%

Fonte: Autores com base no Eseb

A escolaridade demonstrou consistentemente um impacto significativo na predisposição eleitoral, com efeitos superiores a 10% em todas as eleições observadas, abrangendo os anos de 2010, 2014 e 2018. A relação entre nível educacional e participação

eleitoral não apenas se mostrou robusta, mas também apresentou uma magnitude substancial, destacando o papel fundamental da educação na dinâmica eleitoral mesmo em contextos de voto não compulsório e não variando se a eleição é ou não caracterizada como polarizada. Como visto na tabela a seguir.

**Tabela 11– participação por escolaridade**

Participação por Educação	2010	2014	2018
Ensino superior	65,50%	63,50%	50%
S/ Ensino superior	52%	45,90%	40%

Fonte: Autores, com base em dados do ESEB

Desse modo, fica evidente o impacto significativo das variáveis sociológicas estruturais no comportamento eleitoral e na participação política. Fatores como escolaridade, renda, idade e filiação religiosa têm sido consistentemente identificados como determinantes cruciais da predisposição dos eleitores a participar do processo eleitoral, independente se as eleições são classificadas como polarizadas ou não. Essas variáveis sociodemográficas não apenas influenciam a probabilidade de um indivíduo votar, mas também moldam suas preferências políticas, atitudes e engajamento cívico, principalmente se a participação eleitoral não for obrigatória.

Por outro lado, a variável de ideologia emerge como um fator especialmente impactante, especialmente durante eleições polarizadas, como observado em 2018. A polarização política intensificou as divisões ideológicas na sociedade, tornando as preferências políticas e partidárias um determinante ainda mais forte do comportamento eleitoral. Eleitores tendem a votar de acordo com suas afinidades ideológicas e alinhamentos partidários, refletindo uma clivagem política mais pronunciada na sociedade. Portanto, enquanto as variáveis sociológicas estruturais mantêm sua relevância ao longo do tempo, a variável de ideologia assume uma importância ainda maior em momentos de polarização política, influenciando de forma significativa as escolhas eleitorais dos indivíduos, como podemos visualizar com a tabela, na qual se observa um padrão na diferença dos índices de participação entre os grupos nas eleições de 2010 e 2014, eleições não polarizadas.

Já quando olhamos para 2018, pode-se notar que a ideologia apresentou um papel predominante na predisposição do eleitor votar, caso o voto não fosse obrigatório. Enquanto nos primeiros pleitos a diferença entre esquerda e direita se apresentou em uma constante de aproximadamente 4%, na eleição polarizada de 2018 esse número mais que dobrou chegando a 10%.

**Tabela 12 - Participação ideológica ao longo dos anos**

Participação ideológica	2010	2014	2018
Centro	59,30%	49,80%	39,50%
Esquerda	62,40%	53,10%	40%
Direita	58,60%	49,60%	49,20%

Fonte: Autores, com base em dados do ESEB

Em um contexto político caracterizado por divisões ideológicas profundas e debates acalorados como foram as eleições de 2018, a identificação ideológica dos eleitores pode desempenhar um papel crucial na determinação de sua predisposição para votar. Eleitores que se identificam com uma ideologia tendem a sentir uma maior conexão emocional e comprometimento com as questões e candidatos que representam suas visões políticas. Isso pode levar a uma mobilização mais intensa entre os eleitores alinhados ideologicamente, resultando em uma participação mais robusta por parte desses grupos, como o apresentado pela direita em 2018. Ademais, a presença de um líder carismático da direita e a ausência de uma figura central da esquerda podem ter impactado no engajamento dos eleitores. A ascensão de um líder de direita carismático pode ter estimulada a mobilização dos eleitores alinhados com essa ideologia, criando um ambiente de entusiasmo e energia entre os apoiadores. Por outro lado, a ausência de uma figura proeminente como Luiz Inácio Lula da Silva, que historicamente representava uma força unificadora para a esquerda, teve o efeito oposto. A falta de uma liderança centralizada na esquerda pode ter levado à fragmentação e desmobilização de parte do eleitorado dessa vertente política, diminuindo assim a participação e o engajamento eleitoral entre os eleitores de esquerda.

Para aprofundar a análise e compreender os padrões de participação eleitoral em cenários hipotéticos de voto facultativo, esta seção também parte da regressão logística como principal ferramenta metodológica. Essa abordagem estatística é especialmente apropriada para investigar a influência de variáveis ideológicas, sociodemográficas e contextuais sobre o comportamento de participação, dado que nossa variável dependente é binária (participa ou não participa).

A partir da análise das tabelas já apresentadas, destacaram-se padrões importantes relacionados à polarização ideológica, desigualdades sociodemográficas e impacto de variáveis contextuais (Aguiar, 2020; Nicolau, 2022). No entanto, para verificar a robustez dessas relações e testar de maneira mais precisa a hipótese H2 — de que variáveis ideológicas e partidárias assumem maior relevância em cenários de voto facultativo —, a regressão logística permitirá uma abordagem mais refinada.

Esta técnica não apenas quantifica a probabilidade de participação como função de

diferentes fatores, mas também permite o controle de variáveis de confusão e a análise de interações entre variáveis.

**Tabela 13– Se as eleições de 2014 fossem facultativas**

<b>Variable</b>	<b>Coef.</b>	<b>P&gt; z </b>
centro	Referência	Referência
Esquerda	0,187	0,343
Direita	-0,107	0,378
Não sabe	-0,038	0,72
Jovem	Referência	Referência
adulto	0,146	0,211
idoso	0,703	0
Homem	0,153	0,089
Algo/Muito	1,141	0
Católico	Referência	Referência
Evangélico	-0,17	0,103
outros	-0,584	0
Ensino sup.	0,451	0,008
Até 1 salário mínimo	Referência	Referência
mais de 1 até 2 salários mínimos	-0,134	0,37
mais de 2 até 5 salários mínimos	0,01	0,941
mais de 5 até 10 salários mínimos	0,332	0,077
mais de 10 até 15 salários mínimos	-0,083	0,823
mais de 15 até 20 salários mínimos	-0,575	0,425
mais de 20 salários mínimos	0,894	0,046

Number of obs = 2,317

LR chi2(16) = 249.7 Prob > chi2 = 0.0000

Log likelihood = -1479.2974 Pseudo R2 = 0.0778

Fonte: autores com base no eseb

Os resultados da regressão logística da tabela 13 para as eleições de 2014 revelam que os coeficientes associados às categorias ideológicas (esquerda, direita e "não sabe") não são estatisticamente significativos. Considerando que nossa H2 sugere que, em cenários polarizados e de voto facultativo, variáveis ideológicas e partidárias exerceriam um impacto mais substancial sobre a participação eleitoral e que o pleito de 2014, como visto anteriormente, não foi classificado como uma disputa polarizada, então nossa hipótese 2 está parcialmente correta.

A análise dos coeficientes sugere que a identificação ideológica não teve um impacto estatisticamente significativo na participação eleitoral em 2014. Os coeficientes para indivíduos que se identificam como de esquerda ou direita são próximos de zero e não atingem significância estatística, indicando que a ideologia, isoladamente, não foi um fator

determinante para o comparecimento. Além disso, o grupo que não sabe se posicionar ideologicamente também não apresentou variação substancial na probabilidade de comparecimento, sugerindo que fatores externos, como interesse político e contexto eleitoral, podem ter desempenhado um papel mais relevante. Esses resultados contrastam com os achados de 2022, nos quais a ideologia teve um impacto mais pronunciado na participação eleitoral.

A ausência de efeitos significativos para a variável ideológica em 2014 também sugere que, em cenários de menor polarização, a decisão de participar pode ser mais influenciada por fatores estruturais ou contextuais, como as características sociodemográficas e o interesse político. Nesse sentido, o papel dos grupos sociais e dos grupos de referência, pode oferecer uma explicação complementar. Se a polarização ideológica não estava consolidada em 2014, a participação pode ter sido moldada por outros fatores, como as redes de interação social, fatores locais e socioeconômicos, minimizando, assim, o impacto direto das identidades ideológicas.

Contudo, essa ausência de associação entre ideologia e participação em 2014 é fundamental para trazer validade a H2. Ao apontar que a ideologia pode não ser um fator preditivo em pleitos menos polarizados e que, portanto, sua influência sobre a participação eleitoral está diretamente relacionada ao contexto político e ao nível de polarização afetiva presente em cada pleito. Desse modo, em pleitos menos polarizados, como o caso de 2014, a ideologia não se mostrou um estímulo suficiente para motivar a participação eleitoral.

Para a variável de idade a categoria “Idoso” apresentou um coeficiente positivo e estatisticamente significativo, indicando que indivíduos acima de 60 anos são mais propensos a votar em cenários de voto facultativo em comparação com o grupo de referência (jovens entre 16 e 24 anos). Se alinhando com a literatura que associa a idade mais avançada a uma maior predisposição ao voto devido a um senso de dever cívico mais consolidado (Blais, 2000). Além disso, é importante destacar que, no Brasil, o voto para pessoas com 70 anos ou mais e jovens entre 16 e 17 anos o voto já é facultativo, conforme previsto no artigo 14 da Constituição Federal de 1988, no entanto, esses grupos exibem comportamentos distintos em relação à disposição de comparecer às urnas.

Para os mais jovens, de 16 e 17 anos, as taxas de participação são tradicionalmente mais baixas. Esse comportamento pode ser atribuído a fatores como o menor interesse político característico dessa faixa etária, que muitas vezes não possui plena integração nos debates políticos e ainda está em processo de construção de identidade cívica. Além disso, jovens frequentemente percebem o voto mais como uma escolha pessoal do que como um dever cívico e tendem a se engajar politicamente em outros espaços (Dalton, 2008). Barreiras logísticas e a falta de incentivo social também contribuem para a redução do comparecimento

nesse grupo, que frequentemente apresenta taxas de participação. Por outro lado, os idosos com 70 anos ou mais, que também têm o voto facultativo, demonstram uma maior propensão a participar do processo eleitoral, uma vez que, a participação entre os idosos no Brasil pode estar relacionada à uma combinação de fatores culturais, sociais, econômicos e institucionais. Por outro lado, pode indicar também que aqueles que continuam a votar o fazem por uma motivação intrínseca mais forte, o que reforça a relação entre senso de dever cívico, impacto geracional e participação eleitoral (Inglehart, 1977 e 1995).

A análise dos dados para a variável “Sexo” revela que homens apresentam uma tendência ligeiramente maior de participar das eleições, com um coeficiente que sugere um aumento de aproximadamente 16,6% na probabilidade de participação em relação às mulheres (coeficiente = 0,153;  $p < 0,10$ ). Embora o efeito seja estatisticamente marginal, ele lança luz sobre a dimensão de gênero na participação política, um tema amplamente abordado na literatura. Estudos apontam que essas diferenças podem ser atribuídas a fatores culturais, sociais e estruturais (Inglehart & Norris, 2003), que moldam tanto as oportunidades quanto a motivação para o engajamento político.

Por outro lado, vale destacar que normas sociais e culturais desempenham um papel importante. Em muitos contextos, as mulheres historicamente enfrentam maiores responsabilidades e desafios, tendo que estruturalmente conciliar uma dupla jornada de compromissos de trabalho formal e domésticos e conseqüentemente maiores obstáculos o engajamento em atividades políticas, o que pode acabar por limitar sua participação política (Burns, Schlozman & Verba, 2001). Essa desigualdade estrutural perpetua disparidades de gênero, apesar do avanço nas políticas de igualdade.

Em cenários de voto facultativo, essas disparidades de gênero podem ser ainda mais evidentes. Sem a obrigatoriedade legal, a motivação intrínseca se torna central, e homens, que geralmente percebem o voto como uma expressão de agência política, tendem a participar em maior número. Por outro lado, mulheres, muitas vezes mais ocupadas com responsabilidades familiares ou menos conectadas a redes políticas, podem optar por abstenção (Norris, 2002). A diferença de gênero na participação pode ser interpretada como reflexo dessas dinâmicas sociais, assim sendo, esse achado aponta que, em um cenário de voto facultativo, as diferenças estruturais observadas no campo social podem ser transferidas para a esfera política, amplificando desigualdades preexistentes (Aguilar, 2018).

O interesse pela política demonstrou a variável de maior impacto na predisposição para participar em um cenário de voto facultativo. indivíduos que relataram estar "muito" ou "algo" interessados em política apresentaram uma probabilidade de participação eleitoral 214% maior em relação àqueles que declararam desinteresse, confirmando não só a relevância do engajamento cognitivo, como também destacando o papel do interesse político

como um dos principais catalisadores para a participação eleitoral e ação política (Verba, Schlozman e Brady, 1995). Eleitores interessados tendem a buscar mais informações, participar de discussões e perceber o processo eleitoral como uma oportunidade de expressar suas preferências políticas e impactar nos resultados. Além disso, o efeito dessa variável demonstra que o engajamento político tem um papel compensatório: mesmo em um cenário de menor mobilização geral, indivíduos politicamente engajados continuam a participar de forma expressiva, garantindo que suas preferências sejam representadas em algum grau. O gráfico 8 demonstra essa correlação.

No entanto, o impacto desproporcional do interesse político também levanta preocupações normativas sobre a desigualdade na participação eleitoral. Em contextos de voto facultativo, aqueles que possuem maior engajamento cognitivo e acesso a informações têm uma vantagem significativa, enquanto eleitores desinteressados ou menos informados ficam sub-representados. A participação desigual pode resultar em uma democracia que responde desproporcionalmente aos interesses dos mais engajados, aprofundando disparidades e marginalizando segmentos desinteressados (Lijphart, 1997; Milner, 2002).

A análise da filiação religiosa na eleição de 2014 demonstra que essa variável apresenta um impacto limitado na predisposição dos eleitores a participar. Para os evangélicos, o coeficiente negativo (-0,170) não é estatisticamente significativo ( $p = 0,103$ ), indicando que essa categoria religiosa não difere de forma relevante das demais em termos de probabilidade de participação eleitoral. Por outro lado, o grupo "outros" (agrupamento das demais religiões, que não sejam Católica e Evangélica). apresenta um coeficiente de -0,584 ( $p < 0,001$ ), indicando uma menor predisposição à participação em relação à categoria de referência (católicos). No entanto, mesmo essa diferença não é suficientemente ampla para concluir que a filiação religiosa, como um todo, desempenhe um papel determinante na participação eleitoral. Esses resultados apontam para a ideia de que grupos religiosos organizados, como os evangélicos, possuem uma capacidade intrínseca de mobilizar eleitores. A literatura recente já vem destacando que a mobilização política de grupos religiosos depende fortemente de lideranças carismáticas, campanhas organizadas e apelos específicos relacionados a temas morais ou culturais (Casalecchi e Coelho, 2023; Ferreira, 2022; Boas e Smith, 2015).

A escolaridade surge como um dos fatores mais robustos para a determinação da participação eleitoral no cenário de voto facultativo, com um coeficiente positivo e estatisticamente significativo (0,451;  $p < 0,01$ ) para indivíduos com ensino superior. Esse resultado está alinhado com a literatura clássica que aponta que níveis mais altos de escolaridade estão diretamente associados a uma maior propensão para o engajamento político. A explicação para essa relação reside em fatores como maior compreensão dos

processos políticos e eleitorais, maior acesso a informações qualificadas e uma percepção mais apurada da eficácia política individual (Nie, Junn & Stehlik-Barry, 1996; Verba, Schlozman & Brady, 1995).

A escolaridade desempenha um papel central na formação de competências cívicas, como a capacidade de compreender questões complexas e de avaliar criticamente candidatos e políticas. Em contextos de voto facultativo, essas competências são particularmente importantes, pois a ausência de obrigatoriedade coloca maior ênfase na motivação intrínseca do eleitor para participar do processo eleitoral. Indivíduos com maior escolaridade tendem a ter maior probabilidade de perceber sua participação como relevante e de compreender como seu voto pode impactar os resultados eleitorais. Os dados também sugerem que a escolaridade não apenas influencia a decisão de participar, mas pode também moldar a forma como os eleitores se engajam com as campanhas eleitorais, consumindo informações de forma mais ativa e informada. Isso se alinha à literatura que identifica a escolaridade como um preditor consistente de participação política em democracias consolidadas e emergentes (Dalton, 2011).

Embora a escolaridade se destaque como um dos fatores mais consistentes, sua interação com outras variáveis, como interesse político, merece atenção. Indivíduos com maior escolaridade também tendem a demonstrar maior interesse por política, o que pode potencializar ainda mais sua probabilidade de participação. Essa relação não deve ser vista isoladamente, mas como parte de um conjunto de características que definem os eleitores mais engajados.

Os resultados da análise de regressão indicam que a renda é uma variável importante na determinação da participação eleitoral, com diferenças mais marcantes nos grupos de maior poder aquisitivo. A relação entre renda e participação pode ser explicada pela teoria dos recursos, que argumenta que indivíduos com maior renda possuem não apenas os meios materiais para participar do processo político, mas também maior acesso a informações e redes de influência que reforçam seu engajamento (Brady, Verba, Schlozman, 1995; Matthew, Travis (2020). Em cenários facultativos, onde a decisão de votar depende mais da motivação intrínseca do eleitor, indivíduos de alta renda tendem a participar em maior número, dado que têm maior percepção de que suas escolhas podem influenciar os resultados eleitorais e, conseqüentemente, suas condições socioeconômicas. Os achados sobre renda têm implicações significativas para o estudo da participação eleitoral em contextos de voto facultativo. Eles destacam como as desigualdades econômicas são reproduzidas na esfera política, beneficiando grupos mais privilegiados e excluindo segmentos vulneráveis. Isso reflete o que Schattschneider (1960) denominou "tendência de classe na política", onde a política democrática é moldada de forma desproporcional pelos interesses das elites

econômicas.

Os achados de 2014 apontam que, em um cenário de menor polarização, variáveis sociodemográficas estruturais, como idade, escolaridade e renda, desempenham um papel mais consistente na explicação da participação eleitoral do que as variáveis ideológicas. Em contextos onde o antagonismo político não está em evidência, a mobilização eleitoral parece ser impulsionada principalmente por fatores individuais e estruturais, como capacidade e recursos, enquanto a identificação ideológica exerce influência limitada.

A análise reforça debates clássicos da literatura, como os delineados pela Escola de Michigan, que sugere que a força das predisposições partidárias e ideológicas está vinculada à intensidade do ambiente político. Em cenários de menor polarização, a participação tende a ser determinada por fatores como recursos educacionais e econômicos, alinhando-se à hipótese de que condições materiais e o interesse político são essenciais para o engajamento eleitoral. A ausência de forte polarização em 2014 permitiu que essas variáveis estruturais emergissem como determinantes centrais, indicando que, sem estímulos ideológicos claros, as motivações para participar são frequentemente mais pragmáticas e individuais. Ao demonstrar que características sociodemográficas moldam fortemente a predisposição à participação em contextos menos polarizados, os resultados sugerem que a ausência de obrigatoriedade pode exacerbar desigualdades já existentes. Grupos com maior escolaridade e renda tendem a apresentar taxas mais altas de participação, enquanto os segmentos mais vulneráveis social e economicamente enfrentam barreiras significativas. Essa constatação não apenas reafirma a importância da obrigatoriedade do voto como mecanismo mitigador dessas desigualdades, mas também ressalta a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão política, especialmente em um cenário de possíveis mudanças institucionais.

Nesse sentido, a eleição de 2018 no Brasil se destacou como um dos momentos mais polarizados da história política recente, com a disputa entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad refletindo clivagens ideológicas profundas. Nesse contexto, examinar o impacto da ideologia e do partidarismo sobre a disposição para votar é fundamental para testar a Hipótese 2 (H2), que sugere que, em um cenário facultativo, o efeito dessas variáveis se torna ainda mais significativo na decisão de participar das eleições. Os resultados da regressão logística para a eleição de 2018 na tabela 14 apresentam achados interessantes.

**Tabela 14– Se as eleições de 2018 fossem facultativas**

<b>Variável</b>	<b>Coef</b>	<b>P&gt; z </b>
Centro	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Esquerda	0,114	0,462
Direita	0,333	0,004

Não sabe	-0,14	0,358
Jovem	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Adulto	0,058	0,638
Idoso	0,355	0,029
Homem	0,283	0,003
Algo/Muito	1,267	0
Católico	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Evangélico	-0,102	0,339
Outros	-0,298	0,028
Ensino sup.	0,187	0,25
Até 1 salário mínimo	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
mais de 1 salário até 2 salários	0,008	0,947
mais de 2 até 5 salários	0,052	0,684
mais de 5 até 10 salários	0,623	0,001
mais de 10 até 15 salários	-0,027	0,948
mais de 15 até 20 salários	1,317	0,14
mais de 20 salários	-0,898	0,283

Logistic regression Number of obs = 2,130

LR chi2(16) = 266.81

Prob > chi2 = 0.0000 Log likelihood = -1312.7707

Pseudo R2 = 0.0922

Fonte: elaboração própria com base no ESEB.

A adesão à ideologia de direita apresentou um coeficiente positivo de 0,333 ( $p=0,004$ ), indicando que eleitores identificados com essa posição tinham 33,3% mais chance de comparecer às urnas em relação ao grupo de referência. Por outro lado, a identificação com a esquerda (coef. 0,114;  $p=0,462$ ) não teve um efeito estatisticamente significativo na participação eleitoral, sugerindo que, embora ideologia seja um fator relevante, seu impacto é assimétrico e pode variar conforme o contexto político e a dinâmica das campanhas.

O dado mais relevante para testar a H2 está na comparação entre os indivíduos que não sabiam se posicionar ideologicamente e aqueles com alinhamento ideológico definido. Os indivíduos que declararam "não saber" sua posição na escala esquerda-direita tiveram uma probabilidade reduzida de participar, com um coeficiente negativo de -0,140 ( $p=0,358$ ). Isso reforça a ideia de que a ausência de identidade ideológica está associada a um menor engajamento político, alinhando-se à literatura que indica que eleitores mais conscientes ideologicamente são mais propensos a votar, especialmente em cenários polarizados (Dalton, 2011; Levendusky, 2010).

A literatura sobre comportamento eleitoral sugere que a relação entre ideologia e participação política pode ser explicada a partir de duas abordagens principais. A primeira delas, defendida pela Escola de Michigan (Campbell et al., 1960), argumenta que a

identificação partidária e a ideologia funcionam como filtros perceptivos que estruturam a participação política. Em contextos polarizados, esses filtros se tornam ainda mais relevantes, intensificando o engajamento de eleitores alinhados a uma ideologia específica. Isso explica por que, na eleição de 2018, os eleitores de direita tiveram um efeito positivo significativo na probabilidade de participação, ao passo que aqueles sem identidade ideológica clara demonstraram menor propensão ao voto.

A segunda abordagem, baseada na teoria da polarização afetiva (Iyengar et al., 2012; Mason, 2018), argumenta que a polarização política não apenas reforça identidades partidárias, mas também mobiliza eleitores ao criar um antagonismo forte entre grupos ideológicos. Em 2018, o crescimento da polarização afetiva pode ter impulsionado a participação de eleitores da direita que percebiam a eleição como uma disputa existencial entre grupos opostos. Por mais que tenha sido assimétrica o achado aponta para uma interpretação de que, em um cenário de voto facultativo, a participação tenderia a ser majoritariamente composta por eleitores que enxergam a política como um campo de disputa intensa, enquanto aqueles menos engajados tenderiam a se abster.

Outro ponto fundamental na discussão sobre ideologia e participação em 2018 é o impacto assimétrico da polarização nos diferentes grupos ideológicos. Estudos indicam que a direita brasileira passou por um processo de mobilização mais intenso entre 2014 e 2018, impulsionado por fatores como o antipetismo e a ascensão de uma nova direita mais engajada politicamente (Russo, Pimentel Jr. e Avelino, 2022). Isso pode explicar por que os eleitores de direita tiveram um efeito significativo na participação eleitoral, enquanto os eleitores de esquerda não demonstraram o mesmo padrão de mobilização.

O impacto do interesse por política também merece destaque. Indivíduos que declararam ter "muito ou algum interesse" por política apresentaram um coeficiente positivo de 1,267 ( $p < 0,001$ ), indicando um aumento de 126,7% na probabilidade de votar se comparado a aqueles que não se interessam pela temática da política. Esse achado é crucial para a H2, pois sugere que a participação em um cenário facultativo dependeria fortemente do grau de engajamento político dos eleitores.

Outras variáveis também apresentaram impactos relevantes. A idade demonstrou efeito significativo, com indivíduos idosos apresentando uma probabilidade 35,5% maior de comparecer às urnas do que os jovens adultos ( $p = 0,029$ ). Esse resultado pode ser interpretado considerando que, no Brasil, o voto é facultativo para maiores de 70 anos, o que sugere que, mesmo sem a obrigação, a adesão desse grupo às eleições permanece relativamente alta, possivelmente devido a uma maior socialização política ao longo da vida.

O impacto da renda também merece atenção. Eleitores pertencentes ao grupo de renda entre 5 e 10 salários mínimos apresentaram uma probabilidade 62,3% maior de votar

em comparação ao grupo de referência ( $p=0,001$ ), evidenciando que indivíduos com maior capacidade econômica são mais propensos a comparecer às urnas. Esse dado corrobora estudos que indicam que em sistemas facultativos, a participação é frequentemente mais alta entre os segmentos economicamente privilegiados, uma vez que os custos de participação são mais facilmente absorvidos (Verba, Schlozman e Brady, 1995; Lijphart, 1997).

A religião, por outro lado, não se mostrou um fator determinante na decisão de votar. O coeficiente para evangélicos foi  $-0,102$  ( $p=0,339$ ), enquanto para outras denominações religiosas foi  $-0,298$  ( $p=0,028$ ), indicando um efeito estatisticamente significativo apenas para o segundo grupo, mas com impacto pequeno. Esse resultado aponta que, apesar da crescente influência das lideranças religiosas na política brasileira, a identificação religiosa, por si só, não é um preditor consistente da participação eleitoral.

Assim mesmo, os achados para a eleição de 2018 demonstram que, em um contexto altamente polarizado, o impacto das variáveis ideológicas e partidárias sobre a participação eleitoral é significativo, ainda que assimétrico. A ideologia de direita teve um efeito positivo na participação, enquanto a de esquerda não apresentou significância estatística. Os eleitores sem identidade ideológica demonstraram menor propensão ao voto, sugerindo que a polarização mobiliza principalmente aqueles que já possuem um alinhamento ideológico definido.

Esses resultados reforçam a Hipótese 2 (H2), sugerindo que, em um cenário de voto facultativo, o efeito das variáveis ideológicas e partidárias poderia ser ainda mais expressivo. A literatura indica que a eliminação do voto obrigatório tende a reduzir a participação dos eleitores menos politicamente engajados, ampliando as diferenças de comparecimento entre os grupos ideologicamente orientados e aqueles que não possuem um alinhamento claro (Blais, 2006; Harteveld e Wagner, 2023). Assim, os achados de 2018 sugerem que um sistema facultativo no Brasil poderia reforçar desigualdades na participação, favorecendo grupos ideologicamente mais mobilizados e economicamente privilegiados.

Além disso, a mobilização assimétrica entre os diferentes grupos ideológicos observada em 2018 levanta questionamentos importantes sobre os mecanismos que impulsionam a participação em contextos polarizados. A teoria da polarização afetiva sugere que a mobilização política é frequentemente motivada por sentimentos de rejeição ao adversário, mais do que por uma adesão programática clara (Phillips, 2024). Isso pode indicar que, em um cenário sem a coerção para voto, a participação eleitoral poderia ser mais influenciada pelo sentimento de ameaça política do que, de fato, por uma identificação ideológica positiva, um fenômeno já observado em democracias com alta polarização, como os Estados Unidos e o Reino Unido (Ward e Tavits, 2019; Wagner, 2021).

Dessa forma, a eleição de 2018 oferece um indicativo empírico robusto de que a

ideologia e o partidarismo assumem um papel central na participação política em contextos de alta polarização, e que esse efeito pode ser ainda mais acentuado em um sistema de voto facultativo. Os resultados sugerem que a eliminação da obrigatoriedade do voto poderia aprofundar a clivagem entre os eleitores mais engajados politicamente e aqueles que, sem o incentivo institucional da obrigatoriedade, tenderiam a se abster. Isso reforça a importância de compreender como variáveis ideológicas interagem com diferentes arranjos institucionais para moldar padrões de participação eleitoral.

## **8 A Coerção Institucional e os Preditores da Participação Eleitoral**

A participação eleitoral é um dos elementos centrais da democracia, influenciada por uma gama de fatores que vão desde características individuais até dinâmicas institucionais e conjunturais. No Brasil, a obrigatoriedade do voto impõe um cenário em que a coerção estatal afeta diretamente as taxas de comparecimento. A Hipótese 2 (H2) desta pesquisa sugere que, na ausência dessa coerção institucional, as variáveis ideológicas e partidárias se tornam ainda mais impactantes na decisão do eleitor de comparecer às urnas. Esta dissertação teve como objetivo aprofundar essa discussão, examinando como a eliminação da obrigatoriedade do voto pode tornar os preditores da participação mais fiéis à realidade e avaliar se a polarização política atuou ou pode atuar como um catalisador da participação ideológica nas eleições analisadas.

Os dados das eleições de 2014 e 2018 no Brasil permitem testar esse argumento. Em 2014, uma eleição considerada não polarizada, a ideologia teve um impacto modesto na participação eleitoral. Os coeficientes de regressão para a identificação ideológica de esquerda e direita não foram estatisticamente significativos, sugerindo que a ideologia não foi um fator determinante para o comparecimento às urnas. Em contrapartida, na eleição de 2018, fortemente marcada pela polarização entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, os eleitores identificados com a direita apresentaram uma probabilidade significativamente maior de participação (coeficiente de 0,333;  $p=0,004$ ).

Este achado reforça a hipótese de que, em cenários polarizados, a ideologia se torna um fator de mobilização política mais relevante.

O cenário hipotético de voto facultativo no Brasil evidenciou que a participação eleitoral seria mais restrita, refletindo de maneira mais clara os padrões de engajamento político. Dados comparativos de países com voto facultativo indicam que eleitores mais informados, com maior nível educacional e maior interesse por política, tendem a votar em taxas mais elevadas (Verba, Schlozman e Brady, 1995). Além disso, pesquisas de Aguiar e

Casalecchi (2021) sugerem que, no Brasil, a probabilidade de comparecimento em um cenário de voto facultativo seria fortemente determinada por fatores ideológicos e atitudinais.

A Tabela 2, que apresenta os dados de participação facultativa hipotética coletados pelo ESEB, confirma essa tendência. Enquanto a participação real em 2018 foi de 79,7% segundo dados do TSE, a participação projetada para um cenário de voto facultativo foi de apenas 41,1%. Esse declínio substancial indica que a ausência da coerção estatal reduziria a participação geral, deixando apenas os eleitores mais motivados politicamente no processo eleitoral. Além disso, os efeitos marginais da ideologia sobre a participação em 2018 mostraram que os eleitores de direita tiveram um aumento na probabilidade de comparecimento às urnas em relação ao grupo de referência, enquanto os eleitores sem identificação ideológica tiveram uma participação reduzida.

Os achados desta pesquisa indicam que, com base em um cenário de voto facultativo hipotético, os preditores da participação eleitoral seriam mais fiéis à realidade, refletindo o que poderia ser o real engajamento político dos eleitores. A obrigatoriedade do voto atua como um mecanismo de coerção que acaba distorce os padrões de participação, “camuflando” quais seriam as principais variáveis que levariam os indivíduos a participarem do processo eleitoral. Sendo assim, ao remover essa “camuflagem”, a participação passaria a ser determinada mais fortemente por fatores ideológicos e atitudinais.

Além disso, os dados sugerem que a polarização política pode atuar como um catalisador da participação entre grupos ideologicamente comprometidos. Em 2018, a polarização fortaleceu a mobilização de eleitores identificados com a direita, enquanto a análise comparativa com a eleição de 2014 aponta que não houveram efeitos estatisticamente significativos da ideologia sobre a participação, sugerindo que, em um contexto de menor antagonismo político, a decisão de comparecer às urnas foi menos dependente da identidade ideológica, enquanto outros fatores, como engajamento político e condições socioeconômicas, exerceram um papel mais relevante.

Esses achados corroboram a literatura que sugere que a polarização pode amplificar o efeito das variáveis ideológicas sobre a participação eleitoral (Harteveld & Wagner, 2023; Ward & Tavits, 2019). Ademais, reforçam a Hipótese 2, ao demonstrar que, quando não há obrigação para votar, eleitores ideologicamente comprometidos são mais propensos a comparecer às urnas, particularmente em cenários polarizados.

Os resultados da simulação de um cenário de voto facultativo demonstram que, sem a coerção institucional do voto obrigatório, a decisão de participar das eleições se torna mais

dependente de variáveis ideológicas e partidárias. Ademais, os dados sugerem que a polarização política pode atuar como um catalisador da mobilização eleitoral, especialmente entre os eleitores mais ideologicamente alinhados. No entanto, a assimetria na mobilização entre os diferentes espectros ideológicos também aponta para a necessidade de um entendimento mais aprofundado sobre como a polarização interage com a estrutura partidária, as dinâmicas de liderança política e principalmente o comportamento eleitoral no Brasil.

Uma vez que, sem o voto obrigatório, a decisão de comparecer às urnas em cenários de polarização parece ser impulsionada mais pela percepção de ameaça política do que por uma identificação ideológica positiva (Ward e Tavits, 2019; Wagner, 2021). Dessa forma, os achados sugerem que, em contextos de polarização intensa, a participação eleitoral pode ser menos motivada por um alinhamento programático e mais pela necessidade de impedir a ascensão do grupo adversário.

## **9 Conclusão:**

Os resultados desta pesquisa forneceram evidências empíricas robustas sobre os efeitos da polarização política e da retirada da obrigatoriedade do voto na participação eleitoral. Ao longo da análise das eleições de 2014, 2018 e 2022 foi possível testar e discutir as hipóteses H1 e H2, que postulavam, respectivamente, que contextos mais polarizados aumentam o efeito das variáveis ideológicas e partidárias sobre o desejo de participação eleitoral, e que a ausência de coerção institucional faria com que os preditores da participação se tornassem mais fiéis à realidade.

Os achados confirmam parcialmente a H1, demonstrando que a polarização política exerce um impacto significativo sobre a mobilização eleitoral, mas de forma assimétrica. Enquanto em 2018 houve um aumento substancial na participação de eleitores ideologicamente alinhados à esquerda, os eleitores de direita não apresentaram um comportamento semelhante. Esse fenômeno sugere que a polarização pode não afetar ambos os espectros ideológicos de maneira uniforme, dependendo do contexto político e da dinâmica de liderança vigente. Ademais, possivelmente variáveis ligadas a rejeição ao adversário, mais do que a adesão a um programa político estruturado ou a determinado espectro ideológico, mostrou-se um dos principais motores da mobilização eleitoral, corroborando estudos sobre polarização afetiva (Iyengar et al., 2012; Phillips, 2024). A H2 foi amplamente sustentada pelos dados. A simulação de um cenário de voto facultativo revelou que, sem a compulsoriedade do comparecimento às urnas, as variáveis ideológicas e partidárias desempenham um papel mais central na decisão de votar. Os eleitores mais alinhados ideologicamente demonstraram maior propensão à participação, enquanto aqueles

sem identificação ideológica clara ou menor envolvimento político tenderam à abstenção. Esse resultado reforça a ideia de que a obrigatoriedade do voto nivela a participação entre diferentes estratos da população, enquanto um modelo facultativo acentuaria as diferenças entre grupos politicamente engajados e desmobilizados.

Esses achados têm implicações para o debate sobre a participação eleitoral e a representação política, tanto teórica quanto conjunturais. Primeiro, eles indicam que a retirada da obrigatoriedade do voto poderia alterar significativamente o perfil do eleitorado participante, fortalecendo a voz de grupos mais ideologicamente comprometidos em detrimento daqueles menos engajados. Segundo, ao demonstrar que a polarização pode ter um efeito mobilizador, mas assimétrico, a pesquisa contribui para uma compreensão mais nuanciada do impacto desse fenômeno sobre o comportamento eleitoral.

Finalmente, a interação entre H1 e H2 destaca como a polarização e a obrigatoriedade do voto atuam conjuntamente para moldar padrões de participação. Se, por um lado, a polarização pode estimular a mobilização de certos segmentos ideológicos, por outro, a obrigatoriedade do voto minimiza as diferenças estruturais na participação. Dessa forma, qualquer mudança no desenho institucional do sistema eleitoral brasileiro deve considerar o impacto combinado desses fatores para evitar a ampliação das desigualdades na representação política e no envolvimento cívico.

## **10 Considerações Finais**

A presente pesquisa teve como objetivo central analisar o impacto das variáveis ideológicas e partidárias sobre a participação eleitoral em contextos polarizados e simular um cenário de voto facultativo para compreender quais fatores seriam determinantes na decisão de votar na ausência da coerção institucional. A análise dos dados permitiu a confirmação parcial da H1, que postulava que contextos polarizados aumentariam o efeito das variáveis ideológicas e partidárias sobre o desejo de participação eleitoral. Já a H2, que previa que a ausência da obrigatoriedade do voto tornaria os preditores da participação mais fidedignos à realidade do comportamento político e que os efeitos das variáveis de ideologia e partidarismo deveriam ser ainda maiores e mais impactantes no cenário de voto facultativo, foi confirmada.

Os achados indicam que a ideologia e o partidarismo exercem um papel central na decisão de votar em contextos altamente polarizados, mas que esse efeito se manifesta de forma assimétrica. Enquanto eleitores alinhados à esquerda demonstraram uma maior propensão à participação em 2022, não se observou o mesmo padrão entre eleitores de direita.

Por outro lado, em 2018 foi a direita quem mais se mobilizou, sugerindo que a polarização não impacta os dois extremos do espectro ideológico da mesma maneira. Esse padrão pode ser compreendido a partir do papel do antipetismo e do antibolsonarismo como catalisadores da participação eleitoral. Em 2018, a direita se unificou em torno da rejeição ao Partido dos Trabalhadores (PT), mobilizando-se ativamente para derrotar a candidatura petista e consolidando o bolsonarismo como uma força política majoritária. O antipetismo funcionou, portanto, como um elemento agregador da participação, impulsionando um engajamento eleitoral expressivo entre eleitores de direita. Já em 2022, o cenário se inverteu. Com Bolsonaro no poder e um desgaste acumulado ao longo de seu mandato, foi a esquerda quem se mobilizou intensamente, agora motivada pelo rechaço ao presidente. O antibolsonarismo, assim como o antipetismo quatro anos antes, emergiu como um fator determinante para o comparecimento às urnas, estimulando eleitores progressistas e segmentos descontentes da sociedade a votarem contra a reeleição de Bolsonaro. Esse resultado reforça a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre os mecanismos psicológicos e sociais que impulsionam a mobilização eleitoral em contextos polarizados.

Ademais, a simulação do voto facultativo revelou que, na ausência da obrigatoriedade, os padrões de participação se tornam mais coerentes com as previsões teóricas sobre comportamento eleitoral. A participação passa a ser mais restrita, sendo condicionada pelo engajamento ideológico e político dos eleitores, reforçando nossa hipótese 2.

Outro aspecto relevante identificado é o impacto da rejeição ao adversário na decisão de votar. A literatura recente sobre polarização afetiva aponta que a mobilização política é frequentemente motivada pelo desejo de impedir a vitória do oponente político, mais do que pelo apoio entusiástico a um candidato, ideologia ou partido. Assim, futuros estudos devem se debruçar sobre como a antipatia política influencia a mobilização dos eleitores e se esse efeito é mais pronunciado se comparado a variáveis de caráter ideológicos e/ou partidários.

Por fim, para avançar na compreensão desses fenômenos, é necessário superar a dependência exclusiva de dados observacionais e incorporar métodos experimentais. Estudos baseados em experimentos, manipulação de informação e randomização de estímulos políticos podem oferecer evidências mais robustas sobre os efeitos causais da ideologia, do partidarismo e da rejeição ao adversário na participação eleitoral. Dessa forma, pesquisas futuras devem buscar uma sofisticação metodológica para testar essas hipóteses de forma

mais rigorosa e gerar um entendimento mais profundo sobre a dinâmica do comportamento eleitoral no Brasil.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **Referências**

ABRAMOWITZ, A. I. The disappearing center: engaged citizens, polarization, and American democracy. London: **Yale University Press**, 2010.

ADCOCK, Robert; COLLIER, David. Measurement validity: A shared standard for qualitative and quantitative research. **American political science review**, v. 95, n. 3, p. 529-546, 2001.

AGUIAR, N. N. . **Might Compulsory Turnout Weaken Electoral Accountability? A Comparative Study on Economic Voting..** In: 12 Encontro da Associação Brasileira de

Ciência Política, 2020, Evento online. NA, 2020.

AGUIAR, N. Voto facultativo no Brasil e reforço de desigualdades: apoio a cotas raciais e participação não-eleitoral entre eleitores involuntários. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 27, n. 2, p. 95-121, 2018.

ALKMIM DOS REIS, A. C. **O eterno retorno**: eleições municipais para presidente no Brasil (1989-2014): demografia, sociedade, economia e geografia. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

AMES, B; SMITH, A.E. Knowing left from right: ideological identification in Brazil, 2002-2006. **Journal of politics in Latin America**, v. 2, n. 3, p. 3-38, 2010.

BATISTA-PEREIRA, F. Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil. **Opinião Pública**, v. 26, n. 2, p. 1-23, 2020.

BELLO, A. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. **Opinião Pública**, v. 29, p. 42-68, 2023.

BELLO, A. Polarização política e voto: o papel das questões morais e econômicas. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 40, p. e260006, 2023.

BIRCH, S. **Full Participation**: A Comparative Study of Compulsory Voting. New York: United Nations University Press. 2009

BLAIS, A. What affects voter turnout? **Annual Review of Political Science**, v. 9, n. 1, p. 111–125, jun. 2006.

BOAS, T.C.; SMITH, A.E. Looks like me, thinks like me: descriptive representation and opinion congruence in Brazil. **Latin American Research Review**, v. 54, n. 2, p. 310-328, 2019.

BOBBIO, Norberto. Democracia e liberalismo. **São Paulo: Brasiliense**, 1994.

BOHN, S. Determinantes regionais da abstenção em eleições municipais e engajamento cívico com o poder local. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (eds.). **Eleições municipais 2008**: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2009. p. 1-18.

BONIFÁCIO, R.; CASALECCHI, G.; FREITAS, V. Ideologia e voto nas Eleições presidenciais brasileiras. In: BONIFÁCIO, R.; CASALECCHI, G.; DEUS, C. (Org.). **O voto para presidente no Brasil**: condicionantes e fatores explicativos (1989-2010). Curitiba: Editora Íthala, 2014. p. 285-316.

BONIFÁCIO, R.; RIBEIRO, E. Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 20, p. 7–42, ago. 2016

BORBA, J.; FERREIRA, M. Polarização ideológica entre deputados federais no Brasil (2005-2021). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 37, n. 81, p. e20240111, 2024.

BORBA, J; RIBEIRO, E. Orçamento Participativo e cultura política: Explorando as relações

entre inovação institucional, valores e atitudes políticas. **Política & Sociedade**, v. 11, n. 21, p. 13-44, 2012.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. “Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras”. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 24, nº 1, p.53-89, 2018.

BRADER, T. Striking a responsive chord: How political ads motivate and persuade voters by appealing to emotions. **American Journal of Political Science**, 49, 388–405. 2005.

Brader, T. Campaigning for hearts and minds: How emotional appeals in political ads work. **Chicago: University of Chicago Press**. 2006

BRADY, Henry E.; VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman. **The Unheavenly Chorus: Unequal Political Voice and the Broken Promise of American Democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2012.

BURNS, N; SCHLOZMAN, K.L; VERBA, S. The private roots of public action: Gender, equality, and political participation. In: **The Private Roots of Public Action**. Harvard University Press, 2009.

CAMPBELL, A; CONVERSE, P.E.; MILLER, W.E.; STOKES, D.E. **The American Voter**. New York: John Wiley, 1967

CAMPELLO DE SOUZA, M. do C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). **São Paulo: Alfa-Omega**, 1976.

CANCELA, J.; GEYS, B. Explaining voter turnout: a meta-analysis of national and subnational elections. **Electoral Studies**, v. 42, p. 264–275, jun. 2016

CARMINES, E. G.; D’AMICO, N. J. The New Look in Political Ideology Research. **Annual Review of Political Science**, vol. 18, p. 205-2016, dez. 2015.

CARREIRÃO, Y. S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais do Brasil (1989 a 1998): a importância do voto por avaliação de desempenho**. 2000. 267 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARREIRÃO, Y. S. **Identificação ideológica e voto para presidente**. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 8, n. 1, p. 54-79, 2002.

CARREIRÃO, Y. S. **Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006**. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, n. 2, p. 307-339, nov. 2007

CARREIRÃO, Y.S; RIBEIRO, P.F; BORBA, J; RIBEIRO, E. **Abstenção eleitoral, voto facultativo e obrigatório**. In: LAVAREDA; TELLES, (Org.). *Eleições municipais na pandemia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

CARREIRÃO, YS; KINZO, M.D.G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Dados**, v. 47, p. 131-167, 2004.

CASALECCHI, G. A.; AGUIAR, N. N. Participação política, voto e estrutura: avaliando o impacto do status socioeconômico sobre a predisposição do eleitor brasileiro votar voluntariamente. Belo Horizonte: **10º encontro associação brasileira de ciência política**, 2016.

CASALECCHI, Gabriel Avila; COELHO, Victor Alberto Bueno. Os eleitores evangélicos são mais conservadores e autoritários?. **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 21, n. 2, p. 73-91, 2024.

CASTRO, M.M.M. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1992

DA SILVA, A.M. Comparecimento eleitoral e extremos ideológicos na América Latina: investigando padrões em contextos facultativos e obrigatórios. **DESIGUALDADE E CIÊNCIA POLÍTICA**, p. 108, 2021.

DAHL, R. A poliarquia. **Participação e oposição**, 1971.

DALTON, R. J., Left-Right Orientations, Context, and Voting Choices. **Citizens, Context, and Choice: How Context Shapes Citizens' Electoral Choices**, New York: Oxford University Press, p. 103-125, 2011

DALTON, R.J. Party identification and its implications. **Oxford research encyclopedia of politics**, 2016.

DE SOUZA CARREIRÃO, Y; BORBA, J. facultativo e obrigatório. **Helcimara Telles (Organização)**.

DOWNS, Anthony. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of political economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

EDLIN, A; GELMAN, A; KAPLAN, N. Voting as a rational choice: Why and how people vote to improve the well-being of others. **Rationality and society**, v. 19, n. 3, p. 293-314, 2007.

FEREJOHN, J. A.; FIORINA, Morris P. The paradox of not voting: A decision theoretic analysis. **American political science review**, v. 68, n. 2, p. 525-536, 1974.

FERREIRA, M. Tese de doutorado. Voto dos evangélicos em Bolsonaro em 2018: identidade, valores e lideranças religiosas. 2022.

FERREIRA, M.G.M; FUKS, M. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. **Revista brasileira de ciência política**, p. e238866, 2021.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson et al. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, 2011.

FIGUEIREDO, M.F. **A decisão do voto-democracia e racionalidade**. Editora UFMG,

2008.

FINIFTER, A.W. The friendship group as a protective environment for political deviants. **American Political Science Review**, v. 68, n. 2, p. 607-625, 1974.

FIORINA, M. P.; Abrams, S. J. "Political polarization in the American public". **Annual Review of Political Science**, San Mateo, vol. 11, p. 563-588, jun. 2008.

FUKS, M; MARQUES, P.H. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 26, n. 3, p. 401-430, 2020.

FUKS, M; MARQUES, P.H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 28, p. 560-593, 2023.

GEYS, B. Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research. **Electoral Studies**, v. 25, n. 4, p. 637–663, dez. 2006.

GOMES, A. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987

HANSEN, J.R. **Voluntarismo cívico, internet e participação política: as relações das motivações e capacidades com o ambiente online**. In: encontro da associação brasileira de pesquisadores em comunicação e política (compolítica), 2019.

HARTEVELD, E; WAGNER, M. Affective polarization across parties: why do people dislike some parties more than others?. **unpublished manuscript, October**, v. 16, p. 202, 2020.

HARTEVELD, E; WAGNER, M. Does affective polarisation increase turnout? Evidence from Germany, The Netherlands and Spain. **West European Politics**, v. 46, n. 4, p. 732-759, 2023.

HUCKFELDT, R.R; SPRAGUE, J. **Citizens, politics and social communication: Information and influence in an election campaign**. Cambridge University Press, 1995.

INGLEHART, R; NORIS, P. **Rising tide: Gender equality and cultural change around the world**. Cambridge University Press, 2003.

INGLEHART, Ronald. Changing values, economic development and political change. **International Social Science Journal**, v. 47, n. 145, 1995.

INGLEHART, Ronald. Values, objective needs, and subjective satisfaction among western publics. **Comparative Political Studies**, v. 9, n. 4, p. 429-458, 1977.

IYENGAR, S; SOOD, G; LELKES, Y. Affect, not ideology: A social identity perspective on polarization. **Public opinion quarterly**, v. 76, n. 3, p. 405-431, 2012.

IZUMI, M. I. Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. **Opinião Pública**, vol. 25, n.1, p. 29-62, 2019.

JOST, J T.; KAY, A C.; THORISDOTTIR, H. **Social and psychological bases of ideology and system justification**. Oxford University Press, 2009.

KAHN, T. **O voto obrigatório. 1992**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-

Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

KATZ, E; LAZARSELD, P.F.; ROPER, E. **Personal influence**: The part played by people in the flow of mass communications. Routledge, 2017.

LACHAT, R. The impact of party polarization on ideological voting. **Electoral Studies**, Londres, vol. 27, n. 4, p. 687–698, 2008.

LAMOUNIER, B. O voto em São Paulo, 1970-1978. In: LAMOUNIER, B. (ed.). **Voto de desconfiança em São Paulo**. São Paulo: Vozes/CEBRAP, 1980. p. 15–80.

LAVAREDA, A. **A democracia nas urnas**: o processo partidário-eleitoral brasileiro 1945-1964. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LAZARSELD, P.F.; BERELSON, B; GAUDET, H. **The people's choice**. 1948.

LEVENDUSKY, M. S. Clearer Cues, More Consistent Voters: A Benefit of Elite **Polarization**. **Political Behavior**, Berlim, vol. 32, n. 1, p. 111-131, mar. 2010

LEVENDUSKY, M; MALHOTRA, N. Does media coverage of partisan polarization affect political attitudes?. **Political Communication**, v. 33, n. 2, p. 283-301, 2016.

LIJPHART, A. **Electoral laws and their political consequences**. Nova York: AghatonPress, 1997.

LIJPHART, A. Unequal participation: Democracy's unresolved dilemma presidential address, American Political Science Association, 1996. **American political science review**, v. 91, n. 1, p. 1-14, 1997.

LIMA JÚNIOR, O. B. de. Alienação eleitoral e seus determinantes: nota de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 5, n. 14. 1990

LIMONGI, F. Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil pós-Estado Novo. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 58, n. 2, p. 371–400, jun. 2015.

LIMONGI, F.; CHEIBUB, J. A.; FIGUEIREDO, A. C. Participação política no Brasil. In: ARRETCHE, M. (ed.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 23–50.

MACHADO, M.D.C; BURITY, J. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados**, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.

MAQUIAVEL, N.. **O Príncipe**, São Paulo: Martins fontes. 2001.

MASON, L. The rise of uncivil agreement: Issue versus behavioral polarization in the American electorate. **American Behavioral Scientist**, 57(1), pp.140-159. 2013

MASON, L., 2018. Ideologues without issues: The polarizing consequences of ideological identities. **Public Opinion Quarterly**, 82(S1), pp.866-887.

MILNER, H. **Civic literacy**: How informed citizens make democracy work. UPNE, 2002.

MUTZ, Diana C. **How the mass media divide us**. Red and blue nation? Characteristics and

causes of America's polarized politics, v. 1, p. 223-242, 2006.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2012.

NIE, N. H.; ANDERSEN, K. Mass Belief Systems Revisited: Political Change and Attitude Structure. **The Journal of Politics, Atlanta**, vol. 36, n. 3, p. 540-591, ago. 1974.

NIE, Norman H.; JUNN, Jane; STEHLIK-BARRY, Kenneth. **Education and democratic citizenship in America**. University of Chicago Press, 1996.

NOBRE, M. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. Todavia, 2022.

NORRIS, P. Women's power at the ballot box. **Voter turnout since 1945: a global report**, Harvard University Press p. 98-102, 2002.

NUNES, F; TRAUMANN, T. **Biografia do abismo**. HARLEQUIN, 2024.

OPREA, A; MARTIN, L; BRENNAN, G.H. Moving toward the Median: Compulsory Voting and Political Polarization. **American Political Science Review**, p. 1-15, 2024.

ORTELLADO, P; RIBEIRO, M.M; ZEINE, L. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, v. 28, p. 62-91, 2022.

PHILLIPS, J.B. Affective polarization and habits of political participation. **Electoral Studies**, v. 87, p. 102733, 2024.

POWER, T.J. Compulsory for whom? Mandatory voting and electoral participation in Brazil, 1986-2006. **Journal of Politics in Latin America**, v. 1, n. 1, p. 97-122, 2009.

POWER, T; ROBERTS, J. Timmons. Compulsory voting, invalid ballots and abstention in Brazil. **Political Research Quarterly**, v.48, n. 3, p. 795-826, 1995.

PRADELLA, M.C. **O voto facultativo impacta no perfil do eleitorado brasileiro? um estudo sobre as eleições de 2018...** In: Anais FBCP - A ciência da Política: os métodos e suas aplicações. Anais...Recife(PE) UFPE, 2023

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; SILVA, R. da. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 91-108, jun. 2015.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Opinião Pública**, vol. 17, n. 2, p. 333-368, 2011.

RIKER, W.H.; ORDESHOOK, Peter C. A Theory of the Calculus of Voting. **American political science review**, v. 62, n. 1, p. 25-42, 1968.

RUSSO, G; PIMENTEL, J; AVELINO, G. O crescimento da direita eo voto em Bolsonaro:

causalidade reversa?. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 594-614, 2022.

SAMUELS, D; ZUCCO JR, C. The power of partisanship in Brazil: Evidence from survey experiments. **American Journal of Political Science**, v. 58, n. 1, p. 212-225, 2014.

SARTORI, G. The influence of electoral systems: faulty laws or faulty method?. **Electoral laws and their political consequences**, v. 2, p. 43-68, 1986.

SCHATTSCHNEIDER, E.E. **The semisovereign people: A realist view of democracy in America.** ), 1975.

SCHWARTZENBERG, R. **O Estado espetáculo.** Rio de Janeiro: Difusão. 1979

SILVA, R. D. **Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil:** em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. 2016

SILVA, R. da et al. Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. **Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 64–81, 2014.

SILVA, T. M. Nem tão “Flamengo”: questões de posição e o voto no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 27, n. 69, Curitiba, p. 1-22, 2019.

SINCLAIR, Betsy. **The social citizen: Peer networks and political behavior.** University of Chicago Press, 2012.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro:** a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. Edusp, 2002.

SINGER, A. **O lulismo em crise:** um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** Editora Companhia das Letras, 2012.

SINGER, M. “lite Polarization and the Electoral Impact of Left-Right Placements: Evidence from Latin America, 1995–2009. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, vol. 51, n. 2, p. 174-194, 2016.

SINGH, S. How compelling is compulsory voting? A multilevel analysis of turnout. **Political Behavior**, v. 33, p. 95-111, 2011.

SOLDATI, F. **Por que as pessoas votam?** Uma abordagem perspectiva do comparecimento eleitoral do juizforano nos três níveis do executivo do Brasil entre 1996-2014. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, Brasil. 2016

SPECK, B.W; PEIXOTO, V.M. Participação eleitoral nas disputas nacionais, estaduais e municipais no Brasil (1998-2020). **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. e258449, 2022.

STROM, G.S. On the apparent paradox of participation: A new proposal. **American Political Science Review**, v. 69, n. 3, p. 908-913, 1975.

TURGEON, M; BLAIS, A. Am I obliged to vote? A regression discontinuity analysis of compulsory voting with ill-informed voters. **Political Science Research and Methods**, v. 11, n. 1, p. 207-213, 2023.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. **Voice and equality. Civic voluntarism in American politics**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

VOWLES, J. The big picture: turnout at the macro-level. In: FISHER, J. et al. (eds.). **The Routledge handbook of elections, voting behavior and public opinion**. London: Routledge, 2017. p. 57-68.

WAGNER, M. "Affective polarization in multiparty systems". **Electoral Studies**, [S. l.], vol. 69, 2021.

WAGNER, M; HARTEVELD, E. Elite Cooperation and Affective Polarization: Evidence From German Coalitions. **Political Studies**, p. 00323217241300993, 2024.

WARD, D.G.; TAVITS, M. How partisan affect shapes citizens' perception of the political world. **Electoral Studies**, v. 60, p. 102045, 2019.

WEBER, Max. **Economia e sociedade (Volume I): fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília –DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WESTEN, D. **The Political Brain: The Role of Emotion in Deciding the Fate of the Nation**/Drew Westen.–2-nd ed. NY: **Public Affairs**, 2007.

ZECHMEISTER, E.; CORRAL, M. Individual and contextual constraints on ideological labels in Latin America. **Comparative Political Studies**, vol. 46, n. 6, p. 675-701, 2013.

ZUCCO, C. ; POWER, T. Bolsa Família and the shift in Lula's electoral base, 2002-2006. **Latin American Research Review**, vol. 48, nº 2, 2013.



